



ELQ

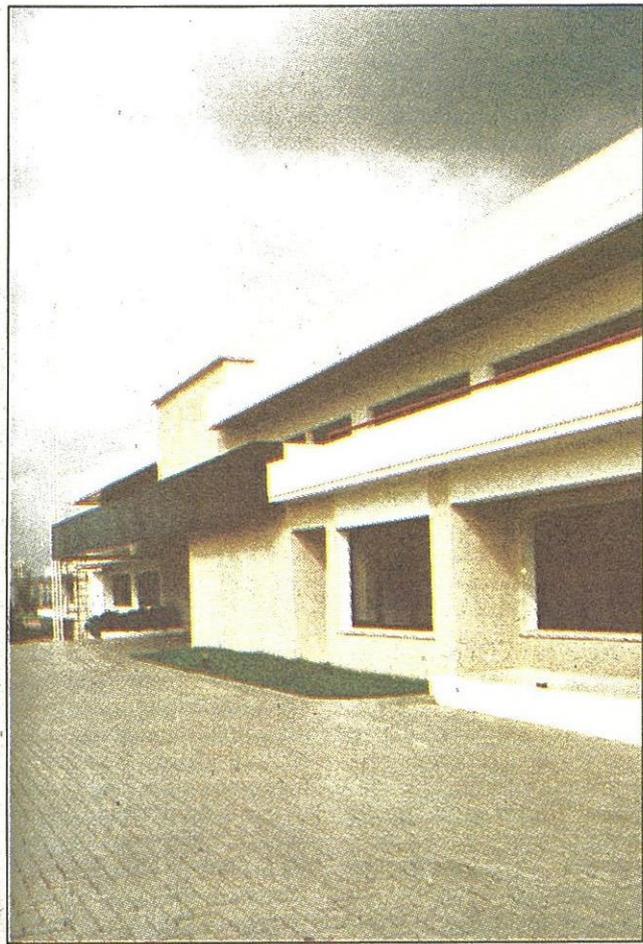


**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XIX n.º 224

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — SETEMBRO 1993 — 110\$00



NOVA SEDE

29 de Outubro – 18H00

CERIMÓNIA OFICIAL

ASSINALA PRESENÇA DA ADFA
NO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

*Ministro da Defesa Nacional convidado a presidir a cerimónia onde será des-
cerrada uma placa evocativa da nossa presença no Palácio da Independência.*

*Este acto representa o reconhecimento do trabalho que a ADFA aqui desenvol-
veu em prol da reabilitação e integração dos deficientes militares e da alteração de
comportamentos e atitudes para com os cidadãos portadores de deficiência.*

Apelamos à tua presença!

**FMAC-CPAE
ADFA
reeleita
para a
presidência**

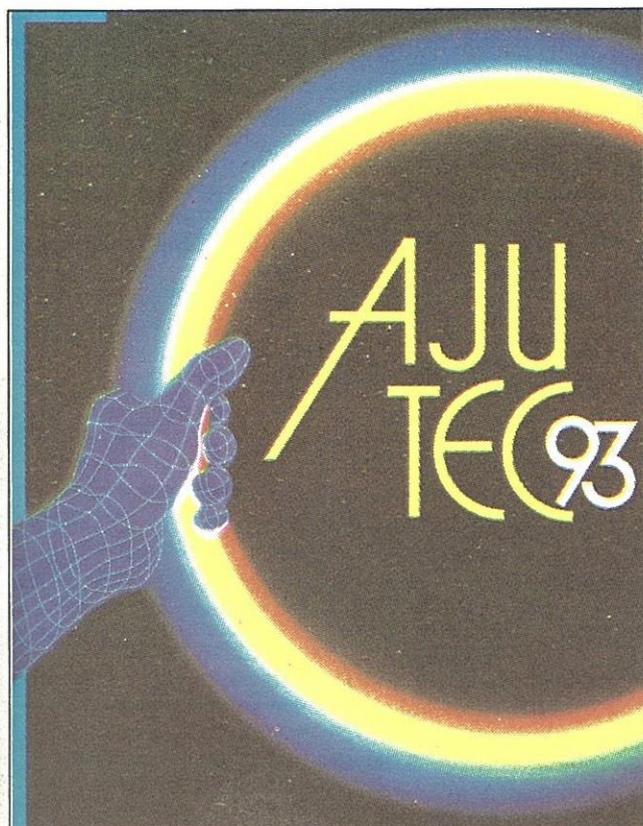
CENTRAIS



● Animados convívios em Alcobaça, Viana do Castelo e Vila do Conde PAG. 5

● Conselho Nacional debate Nova Sede, legislação e revisão estatutária PAG. 2

● Em causa a dignidade e segurança dos utentes do Lar Militar PAG. 2



**SORTEIO «CAMPAÑA NOVA SEDE»
ANTES QUE ESGOTE, COMPRA O TEU BILHETE**

Secretariado Nacional de Reabilitação

AUDIÊNCIA COM A DIRECÇÃO CENTRAL

A Direcção Central da ADFA, representada pelos seus Presidente e Vice-Presidente, foi recebida, na sua qualidade de representante das ONG's no Conselho Nacional, Secretariado Nacional de Reabilitação, em audiência pelo Secretário Nacional de Reabilitação, António Charana, no dia 7 de Setembro de 1993. Neste encontro foram discutidas a marcação da reunião do Grupo de Diálogo, ajudas técnicas, o apoio financeiro às ONG's, a participação da ADFA no Conselho Científico do Secretariado Nacional de Reabilitação, a 15.ª Reunião da CPAE, a implementação de um Centro Ortopédico na ADFA e, entre outras coisas, a problemática da Formação Profissional.

Nesta reunião, António Charana informou que já tinha sido aprovado o Regulamento de funcionamento do Grupo de Diálogo. A ADFA propôs que fosse realizada o mais rapidamente possível uma reunião do Grupo e entretanto já foi confirmada a realização desta reunião para o dia 7 de Outubro.

Um dos aspectos debatidos no encontro foi o pro-

blema da informação e sensibilização da opinião pública. Sugeriu-se que o programa «Novos Horizontes», passe a ser transmitido a uma hora de maior audiência.

No ponto respeitante às ajudas técnicas, o Secretário Nacional de Reabilitação, informou que estava para ser desbloqueada mais uma verba de 100 mil contos, para apoiar a compra de próteses, órteses e outro equipamento que os deficientes necessitam para a sua reabilitação. Esta verba destina-se também a efectuar alguns pagamentos em atraso a empresas fornecedoras destes materiais.

A propósito do despacho que disponibilizou 150 mil contos às ONG's, a ADFA pronunciou-se no sentido de que esse subsídio não deve ser dado a título excepcional mas sim, de acordo com o artigo 71.º da Constituição, como apoio garantido, na medida em que as organizações ONG's desenvolvem actividades onde substituem muitas vezes tarefas que competem ao Estado.

O Conselho Científico, em fase de estruturação, foi também assunto de discus-

são, tendo a ADFA proposto que a ADFA nele participasse, António Charana manifestou todo o interesse, tanto mais que a ADFA já vem desenvolvendo actividades nesse sentido.

O Secretário Nacional de Reabilitação foi informado dos trabalhos sobre a transferência para a nova Sede e da sua inauguração para breve. Discutiu-se pormenorizadamente a instalação, que está a decorrer de uma rede informática.

A nossa participação na CPAE mereceu a atenção dos intervenientes, tendo a Direcção dado a conhecer que José Arruda, presidente da Direcção da ADFA, tinha sido reeleito para a presidência da FMAC. Foi também comunicado que a FMAC se estava a debruçar de forma mais activa na problemática dos conflitos regionais,

Nesta ocasião falou-se também da 6.ª Conferência Mundial Sobre Legislação e Vítimas de Guerra, a realizar de 12 a 16 de Março, em Lisboa. A ADFA manifestou interesse na participação do Secretariado Nacional de Reabilitação nestes trabalhos, conforme já

aconteceu na anterior Conferência realizada na Áustria.

A Direcção informou que tinham sido disponibilizadas, pelo Ministério da Defesa Nacional, instalações para a tipografia da ADFA. Como o espaço cedido é bastante amplo, temos possibilidade de nesse mesmo local instalar, para além da tipografia, um centro de emprego protegido na área das artes gráficas ou da cerâmica, cujo projecto se encontra em fase de estudo.

Os Cursos de Formação Profissional que estão a decorrer e os projectos que nessa área estão a ser feitos foram devidamente explicados.

A ADFA informou que tinha sido entregue um projecto, ao Secretário de Estado de Infra-Estruturas e Tecnologias de Defesa, para instalar no Lar Militar um Centro Ortoprotésico. O Secretário Nacional de Reabilitação acolheu esta informação com bastante satisfação, pronunciando-se sobre a sua utilidade para os deficientes e que o mesmo poderá ser um contributo moralizador da comercialização destes serviços.

REUNIÃO DE SÓCIOS NA SEDE

Convocam-se todos os sócios, da área de Lisboa, para uma reunião a realizar no dia 19 de Outubro, pelas 18.30H, no Palácio da Independência, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 — Nova Sede

Informação sobre a mudança de instalações, localização dos serviços, cerimónia oficial sobre a presença da ADFA no Palácio da Independência e inauguração da nova Sede.

2 — Legislação

a) Propostas reivindicativas
b) Preparação da VI Conferência Mundial sobre Legislação.

3 — Informação sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho que estuda o tratamento da deficiência e actividades já desenvolvidas e a desenvolver.

4 — Aniversário do «ELO», que integrará, além do Sorteio para a atribuição de prémios dentro da Campanha de Angariação de Fundos para a nova Sede, um convívio associativo e um colóquio sobre o tratamento dos deficientes, a sua integração na sociedade e a participação, para tal, dada informativamente pela comunicação social.

5 — Informações de carácter geral.

Lisboa, 30 de Setembro de 1993.

A DIRECÇÃO CENTRAL

Reunião Extraordinária do Conselho Nacional

NOVA SEDE, REVISÃO ESTATUTARIA E ASSUNTOS LEGISLATIVOS EM DISCUSSÃO

Através de Convocatória já expedida pela Mesa da Assembleia Geral Nacional, foi convocada para o dia 16 do mês de Outubro uma reunião extraordinária Conselho Nacional, a fim de tratar diversos pontos que, embora com maior desenvolvimento no próximo ELO, já podemos aventar algumas das suas envolverias, face à necessidade sentida pelos Órgãos Sociais Centrais na concretização de tal reunião.

A ADFA assumiu, na Assembleia Geral de 1979, a busca de novas instalações para a sua Sede Nacional, face às dificuldades a que não é estranha a existência de barreiras arquitectónicas, no Palácio da Independência, onde se encontrava sediada desde 1974. Buscadas soluções alternativas, só em Outubro de 1987 o próprio Conselho Nacional decidia que aquela deliberação da AGN, deveria ser concretizada, através da construção de uma Sede de raiz. Seis anos depois a tarefa está concluída e, após a visita às novas instalações, prontas a inaugurar, a Direcção Central dará conta aos conselheiros do mandato recebido e da forma como conseguiu executá-lo no respeito pela dignidade de um Órgão que representa o todo nacional, a pensar no qual e na especificidade de todos os utentes, o mesmo foi concretizado.

Entendidas como, em

novo arranque de mandato, tarefas a pensar e analisar em Sede do segundo órgão mais importante da associação, ali vão ser levados temas como a Revisão Estatutária e a envolveria que se quer, também nacional, das Comemorações do 20.º Aniversário da nossa casa.

Dar-se-á conta também das envolverias da nossa associação a nível internacional, designadamente a recente presença na 15.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, em Istambul, onde fomos reeleitos para a persistência de tal Comissão e o empenho que, a nível nacional, se pretende e quer dar à 6.ª Conferência Mundial sobre Legislação da FMAC, a decorrer em Lisboa de 12 a 16 de Março do próximo ano, o Conselho Nacional é a figura estatutária para o assumir e dinamizar.

Ponto de informações gerais será um campo aberto para troca de conhecimentos, experiências e opiniões entre Sede e todas as Delegações. Augura-se que este Conselho Nacional Extraordinário seja ele próprio por si veículo intenso de participação nas actividades associativas e dinamizador junto dos sócios, na sua forma de estar atentos, activos e intervenientes em todas as actividades e decisões políticas que a nós dizem particularmente respeito.

LISBOA: AS PALAVRAS E A MÚSICA

A Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa, por ocasião do seu 3.º Aniversário, organizou, no dia 26 de Setembro, a bordo do navio S. Jorge, no rio Tejo, um Seminário subordinado ao tema «Lisboa as Palavras e a Música».

Num lindo dia de sol o barco zarpar da Praça do Comércio às 9.30 h e de imediato começaram os trabalhos que foram abertos pelo vereador da Cultura, João Soares, que num breve improviso afirmou que «... é um esforço coordenado que temos vindo a fazer dentro da área das bibliotecas», mais adiante disse que: «É de realçar o esforço notável que tem vindo a ser feito, desde Setembro de 90, pelo Gabinete de Referência Cultural, dirigido pelo Dr. Augusto Deodato, que tem como objectivo servir todos os deficientes da cidade de Lisboa, que através da sua revista Áudio Dinamização Cultural conseguiu servir os cegos, não só desta cidade mas, um pouco por todo o país e

para além das nossas fronteiras». Afirmou ainda o autarca que «Esta Câmara tem uma grande sensibilidade para os problemas da deficiência, estamos a fazer um enorme esforço, nomeadamente nas duas bibliotecas que acabámos de renovar e onde estamos a instalar equipamentos que permitam aos deficientes terem acesso aos pisos superiores.»

A sessão seguiu com diversas alocações, feitas por alguns ilustres intervenientes e que se prolongaram até ao fim do dia.

Um almoço volante foi uma agradável pausa, que permitiu um convívio animado.

Da parte da tarde a actuação do grupo de Música Tradicional Portuguesa «Maio Moço», fez as delícias dos presentes.

A ADFA contou com a presença de dez pessoas, a maior parte dos quais deslocavam-se em cadeiras de rodas e que tiveram dificuldades de locomoção devido ao facto da embarcação ter barreiras arquitectónicas.

ASSALTO NO LAR MILITAR

Um vil e cobarde assalto foi perpetrado, na madrugada do dia 2 de Outubro, nas instalações do Lar Militar.

Indivíduos desconhecidos introduziram-se subrepticiamente no Lar e, por volta das 2 horas da manhã, entraram num dos quartos onde se encontravam acamados dois deficientes mi-

litares tetraplégicos, a quem furtaram objectos, documentos e dinheiro.

Um dos assaltados reagiu corajosamente mordendo um dos assaltantes, que saiu a sangrar. Segundo informações do Director do Lar Militar a Polícia Judiciária encontra-se a proceder às respectivas investigações.

AGRADECIMENTOS AO CORONEL ARNALDO CRUZ

O Senhor Coronel Comandante Arnaldo Cruz, ao cessar funções como Comandante do Regimento de Comandos da Amadora, endereçou cumprimentos de despedida à Direcção Central da nossa associação e à Direcção do ELO, em acto revelador da sua cortesia e que profundamente nos sensibilizou.

Na parte que ao nosso jornal se refere, as palavras dirigidas por aquele distinto militar, afigurando-se imerecidas, demonstram a atenção que os problemas dos deficientes militares lhe merecem. As páginas deste jornal continuam sempre abertas às objectivas realidades da instituição militar de onde somos oriundos e a disponibilidade do Sr. Coronel Cruz à colaboração foi, e seguramente continuará a ser, um incentivo à continuidade desta saudável ligação.

Em meu nome pessoal e da equipa do ELO seja-me permitido, o que não é difícil, augurar ao Coronel Cruz a continuidade de sucesso na brilhante carreira que abraçou e os mais sinceros desejos de felicidade na sua vida pessoal.

O DIRECTOR DO ELO
PATULEIA MENDES



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armindo Roque; António Carreiro,
José Maia, Abel Fortuna José Pavoeiro, Andréa
Zamoranc
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1100\$00

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

REUNIÃO DE NÚCLEO DE GUIMARÃES CONVOCATÓRIA

Convocam-se os sócios do Concelho de Guimarães para uma reunião de Núcleo, a realizar no dia 16 de Outubro de 1993, sábado, com início às 10 horas, na sua sede na Rua de Santo António (Edifício da Assoc. de Reformados), Guimarães, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Comunicação dos nomes dos associados do Núcleo, propostos pela direcção de delegação, para a direcção do mesmo, biénio 1993/95;
2. Apreciação do trabalho realizado e perspectivas para o futuro;
3. Informação e discussão sobre assuntos pendentes e/ou em vias de resolução;
4. Forma de participação mais activa na vida associativa;
5. Diversos.

V. N. Famalicão, 93/09/24

A Direcção de Delegação
O Presidente
Anquises Carvalho

Gralha nossa...

Exm.º Senhor Director do ELO

O último número do nosso jornal fazendo referência às eleições para a delegação de Famalicão informa que as mesmas tiveram duas mesas de voto, Braga e Famalicão o que é falso.

Gralhas na Imprensa escrita são o pão nosso de cada dia e como tal até toleramos.

Lamentamos somente (e daí o nosso reparo) que um órgão que é a voz de uma associação, onde infelizmente somos numerosos mas muito dispersos, não conheça as cidades onde estão sediados os núcleos.

Sem mais comentários agradecemos a rectificação da notícia.

Núcleo de Guimarães
Joaquim Ribeiro Ferreira
Sócio N.º 4035

Tem toda a razão o nosso prezado consócio na crítica que nos dirige. De facto os redactores do «ELO» deveriam possuir mais conhecimentos geográficos. Desejamos que em breve surja um Núcleo em Braga para que dessa forma quando lá formos fazer a reportagem sejamos obrigados a estudar a geografia local.

Como bem diz há gralhas e «gralhas».

A Redacção



CONVÍVIO DE ALCOBAÇA REÚNE SÓCIOS DA ZONA OESTE

Idealizado já desde o princípio do Verão, e talvez porque pensávamos que durante o mesmo a chuva fizesse honra a outras paragens, aproxima-se a data de 19 de Setembro debaixo de uma quase «diluviana» chuva que dois dias antes até provocou graves problemas de circulação um pouco por toda a parte.

Foi pensado até que o S. Pedro não estava muito de acordo com este encontro de deficientes militares na cisterciense Alcobaca, onde D. Afonso Henriques por conquista, e D. Pedro I por amor, escreveram páginas da História de Portugal. Inês de Castro serenamente sepultada frente ao seu amado, era também testemunha da indisposição do tempo. No entanto, vontades tão régias, desejo de algum vizir muçulmano que os antecedeu na instalação daquela área ou, talvez melhor, o acaso, numa zona em que o «oxalá» muçulmano ou «o Deus queira» cristão que se misturaram permitiram que naquele dia 19 alvorecesse uma madrugada solarenga que possibilitou que o encontro associativo para aquela área previsto, exactamente a meio caminho entre a cidade cisterciense e a piscatória, e de Dom Fuas Roupi-

nho, cidade da Nazaré, se realizasse em pleno pinhal no Valado dos Frades, o piquenique amplamente anunciado.

E foram muitos, tantos quantos os que estiveram, sócios e familiares. Éramos 150! Da Atouguia a Olho Marinho, de Alcobaca a Rio Maior, de Leiria a Vila Nova da Barquinha, estivemos ali. Comemos pão, comemos sardinha, comemos febras, bebemos vinho, bebemos ADF, convivemos, sócios, mulheres, filhos, abraçámo-nos, repartimos problemas, reforçámos ideais, tirámos fotografias e ouvimos todos com atenção o que o Sílvio Lourenço, da Comissão Instaladora do Núcleo de Alcobaca, José Arruda e Patuleia Mendes tinham para nos contar. Falaram-nos da presença, ali, das dificuldades que a nível social se nos poderão apresentar pela conjuntura internacional e também nacional, num futuro que poderá não ser tão longínquo quanto pensamos, da necessidade de estar atentos e despertados para as envolverias e realidades em que estamos inseridos. A difícil realidade neste momento, a nível internacional, apercebida pela ADF na «15.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Eu-



O jovem António Coelho durante a 2.ª Guerra Mundial, em Cabo Verde

ropeus», podendo vir a reflectir-se a nível nacional, esperemos que não se torne de digestão mais difícil do que as sardinhas e febras que rapidamente o estômago consumiu.

O dia, na realidade, foi animado. Os filhos foram as formigas, por nunca pa-

rados, no grupo que se reuniu. O mais novo dos presentes parece que está na instrução primária, mas o menos jovem, com setenta e quatro anos, o Senhor António Coelho, esteve ao serviço das Forças Armadas em Cabo Verde, durante a 2.ª Guerra Mundial. Era rapaz novo e maroto, esteve na cidade do Mindelo na Ilha de S. Vicente daquele arquipélago. A Baía das Gatas e uma viatura traquina, provocou-lhe a deficiência, não chegámos a descobrir se a sua vida, a sua dinâmica foi um espelho ou motivo de inveja para nós que às vezes temos a mania de «mais novos». Ficou para esta parte, talvez final, desta crónica, a presença animadora e incentivadora de elementos da Comissão Instaladora do Núcleo de Aveiras-de-Cima, com os seus familiares.

Este encontro associativo foi bom, fomos nós, foi ADF! O Núcleo de Alcobaca para o ano vai fazer «bis» e todos nós assumimos levar outro amigo também. Para o ano esperamos por ti, pela tua disponibilidade, pela tua vontade de dizer sim ao nosso abraço colectivo, ali em Alcobaca onde os pêssegos e as maçãs são fruta tão saborosa como a nossa amizade.

MUDANÇA DE INSTALAÇÕES PARA A NOVA SEDE

Encontra-se finalizada a construção da nossa nova sede, restando alguns pequenos pormenores a concluir, que ainda obviem à instalação definitiva dos nossos serviços, naquelas modelares instalações. Prevê-se que no decurso dos primeiros dias de Outubro, todas as dificuldades possam ser suplantadas para que se iniciem os trabalhos de transferência. Assim, e logo que executados, os trabalhos pendentes, tal como vistoria eléctrica, colocação definitiva de contadores de electricidade e água, como a adaptação do respectivo ramal de fornecimento e, encontrando-se em funcionamento, a rede telefónica, irão sendo instalados os serviços ainda, previsivelmente, no decorrer daquele mês. Estarão sempre, e de qualquer modo, assegurados no Palácio da Independência todos os serviços associativos de que qualquer sócio necessite durante este período transitório. Trará custos acrescidos o funcionamento da nossa Sede em dois edifícios, por isso queremos promover, e tão rapidamente quanto possível, toda a nova instalação. No entanto, e sabemo-lo, irão acontecer casos pontuais de dificuldade no acesso à

melhor informação e serviço mais correcto, pedimos a todos os associados a sua compreensão, esperando que criem grande apetência e vontade de participar em todas as actividades relacionadas com a saída do Palácio da Independência e a inauguração da nossa futura Sede.



EDITORIAL

As metas no processo de reabilitação e reivindicação nunca constituem um fim, senão degraus que se impõem ir vencendo e que têm que constituir obrigatoriamente reforço de fôlego e dinâmica para um processo equilibrado e profundo de reintegração social, que nunca conhecerá o seu limite.

A nossa associação estabeleceu como sua meta objectivo já desde 1979, a consecução do espaço digno, equilibrado, acessível que, em alternância ao Palácio da Independência, já naquela altura considerado como inadequado às nossas necessidades, nos criasse reais condições de participação colectiva e onde a dignidade e funcionalidade integrassem todos, em intervenção e estudo activos que entendemos como basilares para nossa afirmação como cidadãos de pleno direito.

Vicissitudes de ordem diversa, desde aquela Assembleia Geral, só permitiram que um degrau, em certas alturas quase considerado como intransponível, se encontrasse concretizado agora. Ele aí está, demonstração e corolário do nosso querer e vontade colectivos, a nova Sede, que muito longe de constituir um ponto de chegada se institui em ponto de partida, que de forma bem diferente, ao finalizar de um salto, é um perfeito trampolim. A concretização de tal objectivo nunca nos manteve adormecidos, fomos sempre, quer na fase de idealização, quer na fase preparatória, quer na fase de construção, pugnando insistentemente pelos nossos direitos, seguros que estamos, da longa caminhada, ainda a desenvolver e que se a construção da Sede é um reconhecimento ao nosso esforço ele terá que continuar a ser sempre demonstração da nossa capacidade e afirmação da nossa verticalidade, sempre tolerante, de reivindicar o que ainda não foi conseguido, de reclamar por justiça para as situações que carecem do empenho das entidades, muito em especial do Governo, para que todos os deficientes militares e seus familiares possam enfrentar o futuro com os alicerces da dignidade, a responsabilidade dos deveres e o sorriso da felicidade.

A tarefa que se nos afronta é árdua. Assumimos muitos desafios, merecemos credibilidade, granjeámos confiança, criámos uma larguíssima estrada de projectos por onde temos que nos movimentar. A etapa agora concluída da construção da Sede traz-nos custos acrescidos na força que deve animar-nos nos caminhos a trilhar. Estamos conscientes das dificuldades reais que enfrentaremos, no entanto, a reivindicação legislativa vai ser a nossa bandeira. Há que consumir, em força de lei, os projectos que levámos como recomendações e vimos aprovados na «5.ª Conferência Mundial sobre Legislação» da FMAC, em Badishzell. Estamos atentos e a preparar novas propostas a apresentar na «6.ª Conferência Mundial sobre Legislação» que se avizinha e daí sairão planos de trabalho capazes de resolver aquelas questões legislativas que ainda falta ver publicadas.

Estamos com quase vinte anos de existência, sinal de juventude, com uma casa nossa, sinal de estabilidade, com a participação dos sócios, sinal de força, com projectos para defender, sinal de dinâmica, com o impulso e o esforço do conseguido, com a aprendizagem e experiência do passado, com a certeza de quem acredita no futuro, com o trabalho a que nunca nos negámos, iremos, em conjunto, em caminhada que é comunhão garantir-nos e aos «nossos» a segurança, a serenidade, o bem-estar.

A Direcção Central

DA RUA À COMUNHÃO DO PÃO

Andréa Zamorano

Por mais distante que isso nos possa parecer, em 1993 (graças a boa vontade de algumas pessoas) ainda conseguimos encontrar casos flagrantes de solidariedade na nossa sociedade. Na Quinta das Lages em Caneças, funciona a 1.ª casa da Comunidade Emaús em Portugal e já está em plena actividade desde 1988. Mas o movimento já existe há mais de dez anos em Lisboa. E é exactamente a respeito dessa situação tão invulgar, infelizmente, que nós abrimos nossos corações, olhos e ouvidos supostamente cristãos para mostrar e provar que o Evangelho faz-se presente independentemente da cor, credo, raça, nacionalidade, «lobbies» políticos e tantos outros vocábulos possíveis e maçadores.

Nosso «caso» de hoje inicia-se por uma breve ida a Paris no pós-guerra: «Foi na primavera de 1949 que tudo começou quando o deputado Abbé Pierre encontrou um homem que fizera uma tentativa de suicídio, Jorge. Em vez de lhe propor o que poderia faltar para a sua felicidade, o Abbé Pierre pediu-lhe que o ajudasse! Sob a influência desse apelo amigo, o desesperado tomou, repentinamente, gosto pela vida... Mais tarde, repetiu várias vezes: «Não precisava de coisas, mas apenas de uma razão para viver» (Companheiros de Emaús — H. Le Bouris-caud — Paris — 1979). E assim como dois homens que regressavam de Emaús (nome de uma localidade na Palestina) desolados e sem esperanças, eles reencontraram a razão de viver na partilha gratuita da amizade e do pão.

Quem são, qual o seu objectivo e como funciona a Comunidade Emaús?

Os Companheiros da Emaús são pessoas, homens que por inúmeras razões ou condicionantes foram parar ou nasceram nas ruas. E simplesmente por esse facto recebem os rótulos de drogados, marginais, malucos, alcoólicos, mendigos, etc... Mas o que realmente se passa ou se passou com quaisquer um desses ho-

em um futuro, porque, como nos ensina a sabedoria popular: «Águas passadas não movem moinhos.»

Mas deixemos que um dos Amigos de Amaús-Caneças nos explique tudo com suas próprias palavras:

ELO: Até que ponto o espírito inicial, criado por Abbé Pierre, se mantém hoje?

SR. ANTÓNIO: O espírito é como o vento. E o mover do vento significa que em 1949 o Abbé Pierre tinha duas questões principais: a habitação e a fome na Paris do pós-guerra.

Em 1949, era necessário partilhar pão e habitação fundamentalmente e nesse momento em primeiríssimo lugar partilhar amizade.

As pessoas, hoje, têm mais fome de amizade do que de pão. A sobrevivência não está tão em causa

«Na Emaús é preciso ir lá ao fundo onde o homem da rua está, é preciso ir a fossa e tentar trazê-lo para cima. Isso verifica-se até na situação de estarmos andando na rua e um pobre estar a pedir, o simples gesto de nos abaixarmos para lhe dar uma esmola já nos coloca numa posição superior. E na Emaús há que se ter coragem (e muitas vezes ela nos falha) para ir lá abaixo com aquele que lá está e depois tentarmos vir juntos para cima. Ele ajudando a mim e eu a ele para os dois nos pormos de pé.»

como estava naquela altura. ELO: E como é feita a partilha do pão na Emaús, a sobrevivência?

«Ninguém é seriamente bom, justo e verdadeiro, enquanto não estiver resolvido a consagrar-se segundo as suas possibilidades» — Extracto de uma regra de vida dos Companheiros de Emaús.

Trapeiros de Emaús vão às casas das pessoas que nos telefonam e trazem o que nos é dado. Isso, por sua vez, é reformado e depois

que vocês pretendem deixar a sociedade quando mostram que é possível sobreviver do lixo?

SR. ANTÓNIO: Eu pen-

de 200 pessoas. Tendo o nosso Companheiro mais antigo quatro anos de vivência entre nós.

ELO: É sabido que os

SR. ANTÓNIO: Neste momento, em 36 a 40 países. ELO: Já aconteceram casos de violência entre os companheiros?

SR. ANTÓNIO: Penso que a palavra violência é um pouco forte. Porque sendo assim podemos dizer que acontecem casos de violência em 90 por cento dos lares portugueses. E como nós não fabricamos os Companheiros aqui na Comunidade, eles vêm da sociedade, pergunte à sociedade em quantas casas ou se em casa de cada um já não houve casos de violência. E por essa resposta terá a resposta aqui da Comunidade.

Entretanto, toda a estalada que foi dada nessa casa ou que potencialmente possa vir a acontecer, tem e teve sempre como contraponto uma partilha de amizade. A nossa única condição é que a seguir haja um remate de amizade e eu duvido que isso se faça sempre lá fora. E aqui é feito.

E tão destemidos quanto o Padre António Vieira, um pároco português que em



A Sede dos Emaús em Caneças

so que há dois pontos a serem considerados. Primeiro, porque quando fazemos uma recolha estamos a fazer um favor à sociedade. Muitas vezes vamos a 5º e 6º andares buscar frigoríficos velhos que nem sequer cabem nos elevadores e ninguém o faria sem cobrar e bem. Entretanto, nós nunca nos recusamos a fazer uma recolha.

Por outro lado, em todas as coisas que vamos buscar acabamos, também, por propor um desafio à sociedade no consumismo que ela própria pratica, naquilo que desperdiça. Talvez se não houvesse tanto consumo pudesse haver menos desigualdades.

ELO: Houve algum caso em que vocês se tenham sentido explorados? Há casos em que vocês tenham ido fazer uma recolha e não trouxessem desta saída valores que justificassem o combustível gasto para a deslocação, por exemplo?

SR. ANTÓNIO: Nesse caso, é mais importante o diálogo que mantemos com as pessoas do que aquilo que trazemos. Porque nós ao irmos buscar já estamos a desafiar as pessoas. E o nosso desafio é termos 30, 40, 100 pessoas a viver connosco, sem a ajuda do Estado, e mais: ajudar outros!

ELO: Quantas pessoas estão abrigadas aqui hoje e quantas já passaram por esta casa desde que o movimento foi iniciado?

SR. ANTÓNIO: Neste momento, 15 pessoas, mas já passaram por aqui cerca

«Em tempos em que tão oprimidos e tão cativos estamos que devemos pedir com mais necessidade, se não que nos libertéis? Não hei-de pedir pedindo, se não protestando e argumentando, pois esta é a licença e a liberdade que tem quem não pede favor, senão justiça»

do Sermão «Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda» — Padre António Vieira.

dois principais responsáveis pela casa são o Sr. António e a D. Maria, que não habitam cá, o que acontece (por exemplo) quando bate à porta da casa da Comunidade um homem da rua às duas da madrugada à procura de abrigo?

SR. ANTÓNIO: Não entra. Porque isso não são horas de entrar. Quero dizer com isso que o homem da rua conhece melhor as estrelas do que nós e se quer entrar não vem às duas da madrugada. O homem da rua tem todo o tempo do mundo e se já dormiu na rua várias noites, não será por mais uma que irá morrer. Exceptuando em casos pontuais.

ELO: O trabalho na Emaús, tanto desenvolvido pelos Amigos como pelos Companheiros é voluntário, há alguma espécie de remuneração?

SR. ANTÓNIO: Para nós, amigos, não. Para os Companheiros há aquilo que chamamos o «dinheiro de bolso», que é um valor de 1500\$00 semanais e ao fim de seis meses/1 ano eles começam a ter direito a uma retirada mensal de 10.000\$00.

ELO: Em quantos países está ramificada a Emaús?

1640 num célebre sermão intitulado «Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra a Holanda», dirige-se a Deus assumindo uma posição de protesto e não de súplica. Pedindo-lhe contas pelas suas responsabilidades, esses homens não querem mais do que aquilo que lhes é justo enquanto pessoas. Exigindo da sociedade que assumam as suas responsabilidades para com ela própria. Eles não precisam e nem aceitam esmolas.

O telefone da Emaús-Caneças é (01) 9800038. Emaús-Porto — Seminário Cristo-Rei, Vila Nova de Gaia (a casa do Porto ainda não está a funcionar, mas o movimento sim). E se precisarem de comprar móveis para casa, roupas, livros, botões, etc... ou quando não, o inverso, Não hesitem. Procurem-nos!

Mas não se esqueçam a Emaús antes de ser um «shopping center», loja de departamentos, «brechot» ou coisa que o valha, é um local onde se faz amigos. Onde se partilha não pela igualdade, mas sim pela diferença. Simplesmente, vale a pena saber que existe um lugar onde podemos dar-nos sem sermos julgados.



Confraternizando na cozinha

mens, aos Amigos de Emaús pouco importa. Ao se abrir da casa da Comunidade, não se pergunta quem se foi e nem de onde se vem. Propõ-

SR. ANTÓNIO: O trabalho aqui é diário, aonde todos companheiros participam. O trabalho é feito através de recolhas, os ditos

na horta. E fazer com que o homem se encontre com ele mesmo, através dum diálogo com a terra.

ELO: Qual a mensagem

DELEGAÇÃO DO PORTO

NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS RETOMAM VIDA ASSOCIATIVA

EM VILA DO CONDE E VIANA DO CASTELO

GRANDE PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA

Realizou-se em Viana do Castelo no passado dia 25 de Setembro, em instalações do Gimnodesportivo daquela cidade, gentilmente cedidas pela Associação de Natação, uma reunião de sócios para informar e debater alguns problemas e actividades actualmente em curso.

Aquela compareceram cerca de 50 sócios, o que causou algum embaraço, visto que a sala previamente preparada se verificou ser pequena para receber os presentes. Por isso, foi necessário utilizar as bancadas do Gimnodesportivo.

A mesma foi coordenada pelo Presidente da Direcção, JOSÉ TEIXEIRA, e pelos Presidente e Segundo-Secretário da Mesa da Assembleia Geral ABEL FORTUNA e MANUEL MAGANO.

Depois de terem sido entregues a alguns sócios presentes os novos cartões da ADME, foram prestadas informações sobre a forma como utilizar os mesmos, sobre o desbloqueamento de escalões, os benefícios dos serviços sociais, e a legislação saída s/compra de viaturas com isenção de impostos. Registou-se um período em que se debateu a necessidade de criação de um Núcleo estruturado em

uma nova filosofia e que principalmente assente na escolha de um grupo que represente os sócios da zona e faça a articulação com a Delegação. Esta ideia foi discutida por alguns sócios que manifestaram interesse e apoio a esta perspectiva.

A finalizar, foram ainda dadas a conhecer as principais actividades da nossa associação com realce para a nossa transferência próxima para a nova Sede.

Acabada a reunião, foram tratados alguns assuntos directamente com certos sócios, que aproveitando a presença de elementos dos Órgãos Sociais, lhes deram a conhecer alguns assuntos de carácter mais pessoal.

Reunião em Vila do Conde

Também no dia 25 de Setembro, pelas 21h30, numa sala dos Bombeiros Voluntários de Vila do Conde, graciosamente cedida, realizou-se uma reunião dos sócios residentes nos concelhos de Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Espinho.

A esta reunião compareceram 22 sócios, número apreciável e que demonstra a atenção por parte dos sócios para os problemas e actividades em curso.

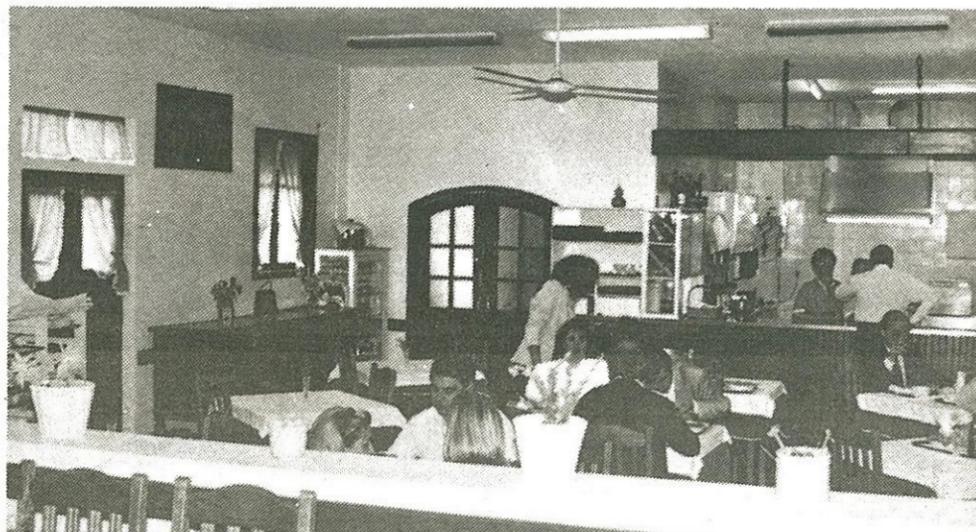
A mesma foi coordenada

pelos Presidente e Segundo-Secretário da Mesa da Assembleia Geral, respectivamente ABEL FORTUNA e MANUEL MAGANO, pelo Tesoureiro da Direcção SEQUEIRA FERREIRA e pelo representante ao Conselho Nacional, ALBINO MAIA.

Foram entregues igualmente alguns cartões da ADME novos e os temas tratados foram os mesmos que na reunião de Viana do Castelo.

Os sócios fizeram bastantes intervenções, manifestando algumas opiniões e chamando a atenção para alguns problemas que enfrentam os deficientes em serviço, tais como a impossibilidade da inscrição nos Serviços Sociais das Forças Armadas e a degradação das suas pensões de invalidez. Estas e outras questões foram recolhidas pela Mesa para que possam constituir objecto de tratamento por parte dos Órgãos Sociais.

A ideia de uma nova perspectiva de um Núcleo também mereceu atenção, tendo um dos sócios presentes proposto que estas reuniões se realizem de três em três meses para que os sócios mantenham uma ligação permanente com os responsáveis da Delegação.



REFEITÓRIO

MAIS AGRADÁVEL DEPOIS DE REMODELADO

Após ter sofrido obras que o tornaram mais espaçoso, o refeitório da Delegação alindou-se com uma nova remodelação.

O mobiliário foi totalmente substituído e o espaço foi apropriadamente decorado, tornando o local mais agradável para o convívio associativo.

A cantina foi um serviço criado logo após a fundação da Delegação. Ao longo da sua existência tem prestado uma importante contribuição para a vivência associativa.

Actualmente almoçam diariamente cerca de 30 pessoas (sócios, familiares e trabalhadores da Delegação). Está ainda aberta no

primeiro sábado de cada mês, costumando ser nesse dia um ponto de encontro de sócios que, aproveitando a folga do trabalho, se deslocam à Delegação para participarem nos trabalhos

associativos que nesse dia decorrem.

Para aqueles que ainda não conhecem este espaço, aproveitem o próximo sábado do mês e venham com os seus familiares almoçar.

NOVOS CARTÕES DA ADME

Como tem sido noticiado, existem actualmente cartões da ADME os quais dão acesso a participações na totalidade de medicamentos quer nas Farmá-

cias civis como Militares. Os sócios da Delegação que ainda não tenham estes novos cartões, deverão entrar em contacto com os serviços da Delegação.

REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA DELEGAÇÃO

Os diversos Órgãos Sociais da Delegação reuniram-se no passado dia 24 de Setembro para tomarem conhecimento e analisarem alguns assuntos de âmbito nacional nomeadamente a nova Sede, que pela importância que tem, a todos nós deve interessar.

Nesta reunião dos 16 elementos que compõem os diversos Órgãos, estiveram

presentes 12. Em nova reunião realizada no passado dia 2 de Outubro, a ordem de trabalhos foi preenchida com assuntos decorrentes da execução do programa de acção apresentado aos sócios aquando da campanha eleitoral.

Esta reunião será objecto de informação mais detalhada no próximo número do ELO.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS REPARTIÇÃO DE SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

CIRCULAR N.º 13/93 (E) — P.º 01.02.00 E 01.06.00 — LISBOA, 25 DE AGOSTO 1993

COMPARTICIPAÇÕES ESCOLARES (CEE E CEE(R)) NO ANO LECTIVO 92/93 — REFORÇO

1. Por despacho superior de 24AGO93 foi autorizado:

a) Conceder, a título eventual, aos beneficiários com filhos estudantes inscritos na Participação Escolar Especial (CEE) e Participação Escolar Especial para Reeducação (CEE(R)), no ano lectivo 1992/93, além dos abonos mensais normais já atribuídos, mais um abono mensal como reforço daqueles.

b) Efectuar o pagamento deste reforço da CEE e da CEE(R) durante o mês de Setembro 93.

O CHEFE DA REPARTIÇÃO DE SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

FERNANDO VITORINO DINIS FERRO
Cor. Art.º Res.

DISTRIBUIÇÃO: Listas A, B e C

JORNADA DO PRIMEIRO SÁBADO DO MÊS

No primeiro sábado de cada um dos meses de Setembro e Outubro a Delegação esteve aberta como habitualmente.

A Secretaria procedeu ao atendimento dos sócios para tratamento das variadas situações.

À tarde realizaram-se reuniões com os sócios, sendo esta a altura apropriada para que os sócios tivessem apresentado aos

Órgãos Sociais as críticas e sugestões.

Estas actividades assumem já carácter corrente, estando no hábito de muitos sócios, que aproveitam o sábado para passarem pela Delegação.

Aos sócios que ainda não tenham tido a oportunidade de participarem nas diversas actividades associativas, se sugere desde já que o façam.

LIVROS E PUBLICAÇÕES QUE PODEM SER CONSULTADOS PELOS SÓCIOS

A guerra colonial tem sido objecto de reflexão por parte de alguns Autores, os quais têm publicado diversos livros de apreciável interesse para o conhecimento histórico desta realidade que deixou marcas profundas na Sociedade Portuguesa.

A Delegação do Porto pretende reunir em biblioteca todos os contributos para aquele objectivo e mantê-los à disposição dos sócios, possibilitando a sua consulta pelos interessados.

Ao longo dos vários ELOS iremos divulgar algumas obras existentes.

A sua consulta poderá ser feita através do G.A.O.S.

Eis alguns exemplares:
— HENDA-XALA — de ABÍLIO MENDES
— FIZERAM DE MIM SOLDADO — de JAIME FERRERI

— OMBRO ARMA — de JOSÉ MANUEL MENDES

— O PÉ NA PAISAGEM — de FILIPE L. MARTINS

— MEMÓRIA — de ÁLVARO GUERRA

— ALFERES E PAISANO — MIGUEL VASQUES

— VIÚVOS DE GUERRA — SÁ FLORES

— GUERRA COLONIAL — EDIÇÃO C. M. VILA NOVA DE FAMALICÃO

APOIO AOS SÓCIOS NA COMPRA DE VIATURAS

A Delegação mantém em funcionamento um serviço para apoio aos sócios que pretendem adquirir viatura própria.

Este serviço, que funciona em articulação com uma empresa do ramo automóvel, permite facilitar a compra aos sócios que se encontram abrangidos pela legislação em vigor e que por isso beneficiam da isenção de impostos.

Através deste serviço é possível adquirir as viaturas de qualquer marca e modelo, em condições de simplificação burocrática.

Os interessados deverão contactar o G.A.O.S. pessoalmente ou através do telefone n.º 820403.

CONSULTAS ORTOPROTÉSICAS NO HOSPITAL MILITAR N.º 1 DO PORTO

O serviço de Medicina Física de Reabilitação do Hospital Militar N.º 1, do Porto, assiste aos deficientes militares que necessitam de ajudar técnicas (próteses, ortóteses e outros componentes), através de um plano de consultas que a seguir se indica:

OUTUBRO 13 e 27
NOVEMBRO 10 e 24
DEZEMBRO 15

No final do corrente ano divulgaremos os planos para os meses seguintes.

Nestas consultas encontra-se presente um técnico ortoprotésico do Centro de Reabilitação da ADFA de V. N. Gaia, para dar apoio nas respectivas prescrições.

Qualquer sócio que tenha alguma dificuldade relativamente a estas consultas, poderá contactar o G.A.O.S da Delegação.



COMUNICADO

1 — A situação na ex-Jugoslávia foi discutida pela Comissão Permanente dos Assuntos Europeus (CPAE), que reuniu em Istambul de 12 a 14 de Setembro de 1993, na presença de 80 delegados e observadores de 24 países, e de organizações internacionais de antigos combatentes (CEAC, CIAPG, FIR).

2 — Os participantes felicitaram-se pela participação activa dos representantes dos antigos combatentes de todos os países da ex-Jugoslávia nestas discussões e pelo franco diálogo que se instalou.

3 — Os participantes exprimiram a sua profunda preocupação e angústia perante a continuação dos combates, em particular na Bósnia Herzegovina e na Croácia perante os sofrimentos infringidos à população civil, especialmente às mulheres e crianças, e perante as violações persistentes do direito internacional humanitário. Invocaram igualmente as ameaças presentes nas zonas de protecção das Nações Unidas.

4 — Com fundamento na Resolução 14 adoptada pelo Conselho Geral da FMAC, em Taipé, em Abril de 1993, lembraram a imperiosa necessidade de respeitar os princípios da Carta das Nações Unidas, da Carta Internacional dos Direitos do Homem, assim como os da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa.

5 — Os participantes exprimiram a esperança de que um acordo geral de paz

fundado sobre os princípios, e em particular sobre a igualdade dos direitos dos povos e do respeito pelas minorias, seja concluído rapidamente, e sublinharam a urgência de evitar novas tragédias.

Lembraram a este propósito as disposições do artigo 2.º da Carta das Nações Unidas que estipula que os membros da organização se abstenham, nas suas relações internacionais, de recorrer à ameaça ou ao emprego da força, quer contra a integridade territorial ou a independência política dos Estados, quer por outra forma incompatível com os fins das Nações Unidas. Acentuaram, portanto, a prioridade que deve ser dada às negociações pacíficas e à proibição de adquirir, pela força ou pela limpeza étnica, novos territórios.

6 — Notaram com interesse as primeiras medidas preventivas na Antiga República Jugoslava da Macedónia, no sentido preconizado pela resolução, a fim de evitar que o conflito não se estenda, com o risco de despoletar uma nova guerra balcânica.

7 — Os participantes reiteraram a importância da execução rápida de todas as disposições da resolução do Conselho Geral da FMAC. Exprimiram, a este propósito, a determinação de trabalhar neste sentido nos seus países respectivos, e de se empenhar firmemente na ajuda humanitária às vítimas dos conflitos na ex-Jugoslávia, preconizada pela resolução.

RECOMENDAÇÃO

A Comissão Permanente dos Assuntos Europeus,

1 — Constatando os sofrimentos indescritíveis das populações da ex-Jugoslávia, homens, mulheres e crianças, vítimas de violências e de outras consequências resultantes dos conflitos que destroem os países.

2 — Pede insistentemente aos países e às populações da ex-Jugoslávia que assegurem permanentemente a livre circulação de todos os comboios humanitários.

3 — Encarrega os representantes desses países presentes nesta reunião de fazer chegar esta recomendação aos seus governos respectivos e a convencê-los a cumpri-la eficazmente.

15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERM

Texto:
António Carreiro
Patuleia Mendes
Fotos:
Alexandra Pereira

A 15ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, realizou-se de 12 a 16 de Setembro, em Istambul, Turquia, incluindo uma reunião da Comissão Permanente das Mulheres, contactos com as entidades do país anfitrião, «mass media» para além das actividades sociais habitualmente inerentes.

A ADFa, na pessoa do Presidente da Direcção Central foi reeleita para a presidência desta Comissão para mais um mandato de dois anos.

Foi dado um importante contributo para a paz na ex-Jugoslávia já que estiveram presentes e dialogaram representantes de todos os povos envolvidos no conflito.

A 6ª Conferência Internacional de Legislação, a levar a efeito em Março próximo, em Lisboa, foi um dos temas dominantes dos trabalhos, sendo visível um grande interesse dos 27 países presentes.

Em cima (da esquerda para a direita): O Ministro da Defesa turco Neuzat Ayaz, profere discurso; aspecto da mesa da presidência da reunião; pormenor da cerimónia dos mortos e aspecto da mesa da presidência da Comissão das Mulheres.

Em baixo (da esquerda para a direita): Representantes da delegação da ADFa; Aspecto da mesa de trabalhos destacando-se ao centro, o General Ozgur que organizou a reunião; José Arruda dá entrevista para a televisão privada turca e pormenor de convívio vendo-se delegados portugueses, espanhóis, o General Ozgur a intérprete Doyna e o representante sérvio.

A Conferência, foi motivo de reflexão quer na composição da delegação a levar a Istambul, quer nas ideias aí a defender. Assim, foi entendido que, mantendo o Presidente da Direcção Central, José Arruda, a presidência da reunião, a delegação da nossa associação devia integrar um elemento da Direcção, Patuleia Mendes, e dois membros da Comissão de Assuntos Estrangeiros, Couceiro Ferreira e António Carreiro. A importância da agenda onde avultavam os problemas da ex-Jugoslávia e da realização da 6ª Conferência Internacional sobre Legislação, a realizar em Lisboa, em Março do próximo ano, foram factores determinantes na amplitude da delegação a levar àquela reunião. Por isso, no dia 2 de Setembro, reuniram na Sede dos Órgãos Sociais Centrais, a fim de tomarem conhecimento dos elementos que compunham a delegação que se deslocaria a Istambul, da Ordem de Trabalhos proposta para a reunião, e para analisarem as envolvências internacionais e nacionais e a própria conveniência da ADFa, na continuidade, caso para tal fosse indicada, da presidência da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus.

Graças ao interesse já demonstrado, pelo Governo Português, na realização da 6ª Conferência Internacional sobre Legislação, em Lisboa, a organizar pela nossa associação, foi-lhe endereçado pelo Secretário-Geral da FMAC convite especial para se fazer representar, em Istambul, na 15ª Reunião da CPAE, que foi aceite, tendo, através do Ministério da Defesa Nacional, sido nomeado para representar o nosso Governo, o Dr. Adérito Necho Pinto, que assim

acompanhou a delegação portuguesa à reunião.

A REUNIÃO

O Presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, José Arruda, reuniu com o Secretário-Geral e a Direcção Executiva da FMAC para se ultimarem pormenores sobre o ponto da situação dos trabalhos preparatórios da Conferência Internacional sobre Legislação.

Começaram no dia 12 de Setembro, pelas 09h00, prolongando-se pelos dias 13 e 14, os trabalhos da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, que se iniciou com a homenagem aos mortos junto ao monumento que a Turquia possuiu, em Istambul, junto ao Bósforo.

Seguiram os trabalhos dos 27 países presentes na sessão solene de abertura que teve lugar no Museu da Guerra, e que foi presidida pelo ministro da Defesa Nacional, Neuzat Ayaz, com as intervenções de boas-vindas do General Ozgur, nome das associações de antigos combatentes turcas organizadoras daquela reunião, do presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, José Arruda, do presidente da FMAC, Van Lanschot, e do elemento do governo turco, que traçou a perspectiva do país acolhedor da reunião nas suas realidades geopolíticas e estratégicas dentro da sua proximidade do conflito da ex-Jugoslávia, e, na parte confinante com as repúblicas da ex-União Soviética. Seguiu-se o momento de escolha em que José Arruda, em qualidade de presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus, foi eleito para a TRT (Turquia de Televisão Oficial), situação que viria a repetir-se oportunamente em intervenção para a FLASH (Privado de TV).





20 ANOS DE PRESENÇA

FORÇAS ARMADAS INDEPENDÊNCIA



Aspecto da audiência



Reunião do Conselho Nacional de 16 de Outubro de 1993

IA meada aquela tempestuosa manhã de 16 de Outubro, quando vindos de todas as partes deste País começaram a afluír à nossa nova casa os elementos do Conselho Nacional que nessa tarde iria reunir.

Foi não sabemos se já, ou ainda só, há 6 anos, em 24 de Outubro de 1987, que aquele órgão decidia assumido que era por deliberação da Assembleia Geral de Maio de 1979, não reunir o Palácio da Independência as condições ideais para funcionar a Sede da nossa Associação, a busca de uma outra alternativa que viria a concretizar-se na construção de uma Sede de raiz adaptada às nossas necessidades, realidades e objectivos.

As instalações foram sendo percorridas detalhada e demoradamente indo sendo explicado aos Conselheiros pormenores de construção, a localização dos serviços, esclarecendo-se dúvidas e generalizando-se a ideia de que o edifício para além da sua beleza encerrava em si o reconhecimento da nação ao esforço e dádiva dos Deficientes das Forças Armadas concretizando simbolismos de funcionalidade, dignidade, e futuro.

Já no Palácio da Independência onde foi servido o almoço, iniciar-se-ia pelas 14,00 horas, a última reunião do Conselho Nacional nas instalações da então ainda Sede da ADFA. Começou por se analisar o primeiro ponto da ordem de trabalhos, que trazia à análise dos presentes as questões da Nova Sede, como tema importante que determinaria a convocatória para aquela data do Conselho Nacional Extraordinário.

Ponto este que foi o mais extenso da reunião pelo interesse manifestado por todos os presentes, afigura-se-nos mais importante do que relatar as intervenções havidas, patente nas decisões aprovadas, transcrever os seus aspectos mais relevantes.

"O Conselho Nacional:

Considera que estão criadas as condições necessárias,...para instalação dos nossos serviços na nova Sede Nacional.

Reconhece que a fundação da ADFA em Maio de 1974 no Palácio da Independência constitui um marco histórico...

Ratifica a decisão da Direcção Central ...de assinalar, com descerramento de uma placa ...evocativa da presença da ADFA naquele Palácio...

Recomenda que se prepare o dia da inauguração da nova Sede, por forma a reforçar o todo nacional...

Expressa formalmente a sua satisfação às Direcções Centrais que conduziram o processo da nova Sede...

O ponto seguinte da ordem de trabalhos relacionava-se com a revisão estatutária e após uma breve troca de impressões de promenor foi aprovado o calendário seguinte para a sua concretização.

O terceiro ponto da ordem respeitava à realização em Lisboa de 12 a 16 de Março da 6ª Conferência Mundial da FMAC sobre Legislação, tendo os Conselheiros sido informados do estado da sua preparação, tendo tomado conhecimento do regulamento respectivo e da grande envolvimento mundial que a ADFA espera que a mesma venha a ter.

A Direcção Central informou que nomeara uma comissão para a orientação dos trabalhos composta por dois elementos daquele Órgão, um elemento da Mesa de Assembleia Geral, um elemento do Conselho Fiscal e outro do Conselho Nacional por Lisboa tendo simultaneamente sido nomeados três grupos de trabalho, um para a Organização e Logística, outro para tratamento dos inquéritos a chegar e que oportunamente foram enviados a todas as Associações de Antigos Combatentes do Mundo e uma terceira que preparará as propostas de recomendação a apresentar pela ADFA à Conferência.

Foi manifestado e desejado por todos o interesse da participação na preparação dos trabalhos muito em especial no que se refere às propostas de recomendação que a ADFA deve levar para discussão e posterior aprovação, tendo sido incentivada a adesão e interveniência das Delegações e Associados em geral, quer na preparação, quer na própria realização da Conferência, cujo êxito será sem dúvida mais um dos grandes da nossa afirmação na sociedade, quer em Portugal, quer no Mundo e da manutenção e ampliação dos direitos dos Deficientes Militares.

Celebração do Aniversário da ADFA a 14 de Maio

Tendo-se desejado a envolvimento das Delegações na grande celebração nacional, sendo desejável por outro lado que nas suas áreas promovam encontros associativos e jornadas de sensibilização junto das entidades e opinião pública, situação a que foram sensíveis diversas Delegações e de onde nos seja permitido realçar a dos Açores que manifestou o desígnio de realizar durante o próximo ano as II Jornadas de Sensibilização Açores/1994.

Depois do último ponto de informações diversas prestadas pelos Órgãos Sociais Centrais e pelas Delegações com o sentido do tanto que foi vivido no velho Palácio, os Conselheiros partiram com um misto de saudade de responsabilidade de dignidade pelo trabalho ali desenvolvido durante quase 20 anos.

A ADFA fica indelevelmente ligada à história do Palácio da Independência, mas a força e dinâmica de que aqui nos enchemos serão todos o acreditamos rampa de lançamento para muitos e mais altos vôos na nova casa que naquela manhã com sorrisos não disfarçados vimos finalmente construída e nossa.

cionamento com a associação, não se trata de uma questão de caridade, trata-se de uma questão de solidariedade e trata-se de um dever que é um dever nacional..."

e disse ainda: "...temos acompanhado as novas exigências, exigências que correm da passagem do tempo sobre as deficiências,

solene, autorizado pelo Secretário de Estado, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADFA considerou a cerimónia encerrada e convidou as individualidades presentes a assinar o Livro de Honra da ADFA.

Finalizou-se o acto evocativo com um Porto de Honra, no decorrer do qual a

arata, presidente da SHIP, licitou a direcção da DFA, e afirmou que:

"...pude verificar, no dia-dia, o cuidado com que antiveram as instalações, e eu disso testemunho porque, quando elas vieram sendo, pouco a pouco, entregues à sociedade Histórica encontramos, não só este salão como vêm, mas a grande



Entrega do álbum fotográfico ao Secretário de Estado

arte das instalações num todo que eu poderia dizer, não de impecável conservação, porque o edifício já tem uma certa idade, mas em todo o carinho que esta merece..."

O dr. Eugénio Ramos, de-...s de referir o importante trabalho desempenhado pela ADFA neste Palácio afirmou dado momento:

"...Em quase 20 anos de...atividade da Associação dos...eficientes das Forças...armadas podemos constatar, entre outras coisas, que houve na grande evolução da...arma como a pessoa defici...ite é olhada no nosso...ús..."

e mais adiante "...por aquilo que sou tes...munha no meu rela-

exigências que correm do envelhecimento e do processo que a todos nos atingem e que, porventura, nalguns casos, atingirá mais as pessoas que são portadoras de deficiências. Estamos neste momento a estudar algumas outras questões relacionadas com esta problemática... o destino ou o novo enquadramento a dar porventura ao Lar Militar, ...os problemas da eventual consideração do abaixamento das percentagens de incapacidades relativas com os benefícios que são atribuídos em função da necessidade de uma terceira pessoa, ou em função daquilo que são as despesas e os gastos adicionais em função das percentagens de incapacidade..."

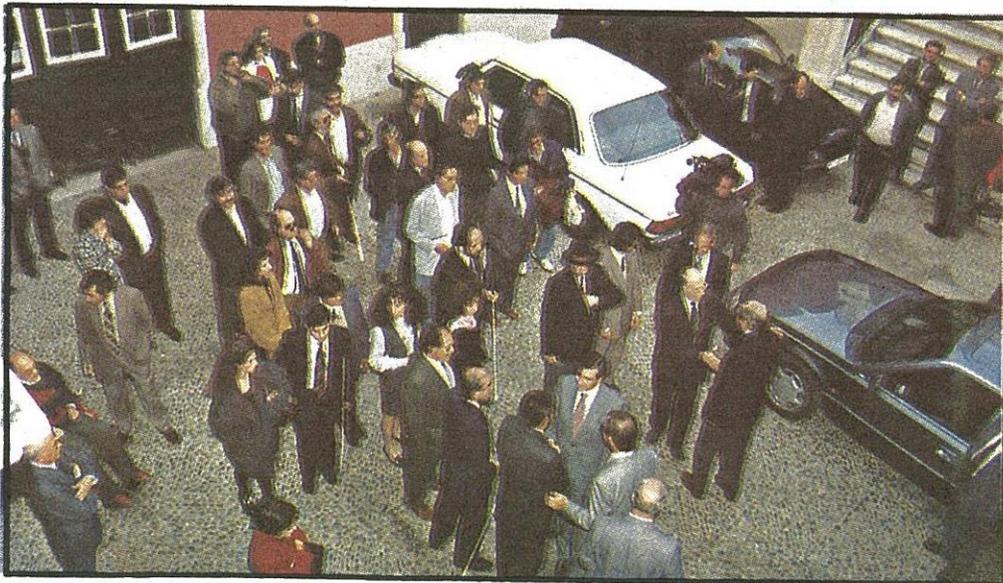
Direcção Central da ADFA ofereceu ao Dr. Eugénio Ramos um álbum contendo as mais significativas fotografias daquele responsável governativo, no seu relacionamento com a nossa Associação, muito em especial no que concerne à construção da Nova Sede, cujo equacionamento e acompanhamento, quer do projecto, quer da construção, conosco iniciara há já 6 anos.

Sempre que se vira uma página, outra nova se confronta! Dia 19 de Novembro outra página se abrirá, para que conste e para que a história diga que os Deficientes das Forças Armadas deixaram uma marca indelével e imorredoura na sociedade Portuguesa na viragem para o terceiro milénio.

IDADE DE VINTE ANOS D

S DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

ÓRIA DO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA



Chegada do Secretário de Estado

uma breve introdução onde afirmou que:

"O Senhor Secretário de Estado vai iniciar a Sessão que se destina, essencialmente a evocar a presença dos

Militar, através dos seus Chefes de Estado Maior, através de todos os comandos das unidades que sempre têm dedicado à associação muito carinho, tem sido uma

estão considerados ainda como ligados ao serviço militar. Está uma proposta no Ministério da Defesa Nacional, esta proposta é a primeira, é a prioridade das



Aspecto da audiência

Barata, presidente da SHIP, felicitou a direcção da ADFA, e afirmou que:

"...pude verificar, no dia-a-dia, o cuidado com que mantiveram as instalações, e sou disso testemunha porque, quando elas vieram sendo, pouco a pouco, entregues à Sociedade Histórica encontramos, não só este salão como vêem, mas a grande

cionamento com a associação, não se trata de uma questão de caridade, trata-se de uma questão de solidariedade e trata-se de uma dever que é um dever nacional..."

e disse ainda: "...temos acompanhado as novas exigências, exigências que correm da passagem do tempo sobre as deficiências,



Na sala onde ficou a placa

Deficientes das Forças Armadas no Palácio da Independência que, como todos nós sabemos, está repleto de história por todos os cantos. Nós, a geração daqueles que serviram a Nação com o sacrifício das suas vidas, também marcamos história, aqui, no Palácio da Independência."

Anunciou em seguida os oradores que compunham a Mesa de Honra.

Das intervenções havidas iremos seguidamente salientar, porque exaustivo se tornaria descrevê-las na íntegra e não porque o seu conteúdo o não merecesse, os seus momentos mais significativos.

O ten. cor. Jorge Maurício, numa comunicação entusiasmada fez uma retrospectiva dos 20 anos de presença da ADFA no palácio e disse a terminar:

"... não podia deixar de sublinhar aqui o carinho muito especial pela Instituição

solidariedade autêntica pelos militares. Senhor Secretário de Estado, viemos para aqui há 20 anos, hoje estamos no Palácio da Independência, amanhã estaremos na Nova Sede, uma Sede que nós consideramos que merecemos..."

O presidente da direcção central da ADFA, José Arruda, fez uma alocução de improviso de que destacamos:

"...ela só é feita, a Sede, porque a ADFA, os sócios, os dirigentes, todos assim quiseram..."

e mais adiante disse: *"...não podemos esquecer, a memória do Sr. General Firmino Miguel, um homem de grande estrutura moral, acreditou e disse "vocês não estão a pedir nada, ninguém vos dá nada, vocês deram tudo..."*

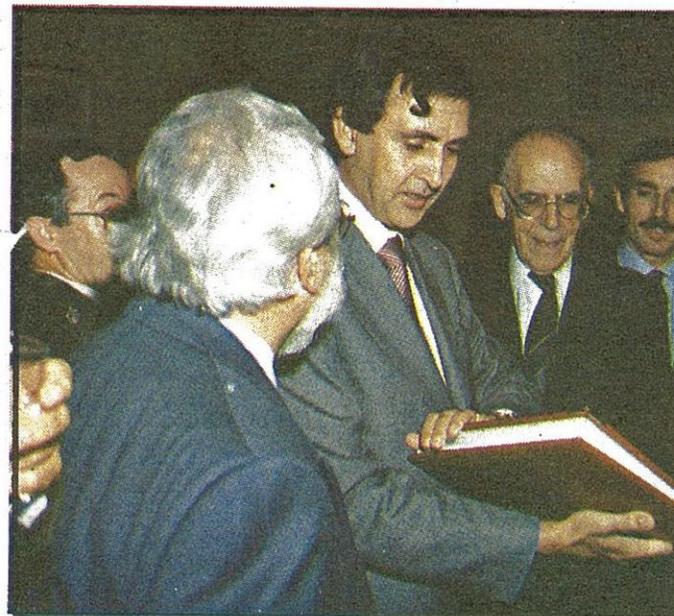
continuando *"...nós ainda temos lacunas, ainda temos pessoas que não têm pensão, homens que serviram, que estiveram na guerra e cujos acidentes não*

prioridades, sem pôr em causa as outras, mas nós, entre nós, temos que ser os primeiros a ser solidários..."

O Secretário Adjunto Nacional de Reabilitação, dr.º António Barroso, na sua alocução, depois de ter cumprimentado os presentes, disse a concluir:

"Estamos num momento de mudança para a ADFA. Também nós, organismos oficiais, estamos em fase de mudança no que respeita às expectativas que depositámos no trabalho da actual Direcção, subimos a parada, esperamos sempre mais. Reconhecendo um papel insubstituível ao movimento associativo das pessoas com deficiência, o Secretariado Nacional de Reabilitação está disponível, como não podia deixar de ser, para dar todo o apoio que estiver ao seu alcance para a concretização das tarefas que se anunciam nesta nova fase da vossa associação."

O General Themudo



Entrega do álbum fotográfico ao Secretário de Estado

parte das instalações num estado que eu poderia dizer, senão de impecável conservação, porque o edifício já tem uma certa idade, mas conservado com cuidado e com todo o carinho que esta casa merece..."

O dr. Eugénio Ramos, de- s de referir o importante abalho desempenhado pela ADFA neste Palácio afirmou a dado momento:

"...Em quase 20 anos de actividade da Associação dos Deficientes das Forças Armadas podemos constatar, entre outras coisas, que houve uma grande evolução da forma como a pessoa deficiente é olhada no nosso país..."

e mais adiante *"...por aquilo que sou tes- temunha no meu rela-*

exigências que correm do envelhecimento e do processo que a todos nos atingem e que, porventura, nalguns casos, atingirá mais as pessoas que são portadoras de deficiências. Estamos neste momento a estudar algumas outras questões relacionadas com esta problemática... o destino ou o novo enquadramento a dar porventura ao Lar Militar, ...os problemas da eventual consideração do abaixamento das percentagens de incapacidades relativas com os benefícios que são atribuídos em função da necessidade de uma terceira pessoa, ou em função daquilo que são as despesas e os gastos adicionais em função das percentagens de incapacidade..."

Finalizadas as intervenções que compuseram o acto

ENTREVISTA COM A DELEGAÇÃO ESPANHOLA PRESENTE NA CPAE, NA TURQUIA

Estamos com António Nuñez e Andrés Medina, elementos da delegação espanhola e representantes da A.C.I.M. — Associação Cultural dos Inválidos Militares de Espanha, a esta reunião europeia e vamos falar um pouco da realidade dos antigos combatentes espanhóis. Eu perguntar-lhes, em primeiro lugar: existem associações de antigos combatentes espanhóis, uns do Exército nacional, outros do Exército espanhol, que se bateram frente-a-frente na Guerra Civil e, como nos demos conta, foi por vós exposto aqui nesta reunião, ainda existem diferenças e até traumas de uma guerra que acabou há mais de 50 anos. Isto continua a notar-se entre as pessoas, entre os antigos combatentes?

António Nuñez — Entre os antigos combatentes, a nível pessoal, pois ainda se nota hoje o trauma existente depois de 54 anos, de se haver terminado uma guerra. A nível de associações de mutilados, antigos combatentes e mutilados em actos de serviço, a nível das suas direcções, os esforços que se estão a fazer vão no sentido de que o Estado, e mais propriamente o Governo Espanhol, que têm legislação distinta para os que combateram de cada um dos lados na defesa quer do ideal republicano quer nacionalista, e daqueles que depois de terem terminado a guerra se lesionaram ao serviço da nação, existindo lei diferentes para cada uma dessas características. O que todas as associações desejam é que exista um único dispositivo legal que abranja igualmente todos os antigos combatentes, uma integração de todos os deficientes e antigos combatentes, independentemente do lado em que combateram, mas o que existe é que o Governo não tem vontade política de resolver este caso, e quando o Governo não tem vontade política para resolver tais questões, é muito difícil encontrar-lhes soluções.

ELO — Uma coisa que

aflorou nas palavras que disse, é que esta boa relação que existe entre estas associações, creio que se podem reflectir num facto interessante: vós, a ACIME, sois uma organização recente, criada há 3 anos e já estais de pleno direito na FMAC, creio que com o incentivo e o apoio das outras organi-

der dizer que as ideias de uma Espanha única existem no ideário das associações de antigos combatentes espanhóis, mas há membros seus que mantêm ainda o ódio do passado. Isto é verdade?

António Nuñez — Efectivamente, é assim. Tristemente isso continua a acon-

mortos e feridos. Como pensam que vai o Governo Espanhol enfrentar e resolver estes problemas dos deficientes, dos órfãos e das viúvas, resultantes de uma missão para a manutenção da paz internacional.

Andrés Medina — Com referência ao tema dos capacetes azuis espanhóis e à

que ao estar a cumprir o serviço militar obrigatório fica ferida e a indemnização que lhes dão, de uma única e só vez na vida, é muito pequena e depois as Forças Armadas, aliás como muito bem referiu o Sr. Dixon, presidente do Conselho-Geral, e o Ministério da Defesa desvinculam-se do pro-

blema e passam-os para os cuidados da segurança social. Na realidade, não querem enfrentar-se com o problema. Os feridos de alto grau, diríamos deficientes profundos, têm uma pensão que é mínima e que só existe enquanto ele viver. As viúvas perdem todo o direito a recebê-la.

ELO — Já falámos desta questão entre nós, mas queremos saber a vossa opinião: traria resultados positivos para os antigos combatentes da Península Ibérica e, porque não, da Europa e do resto do Mundo, haver um trabalho mais intenso entre a ADFA e as associações espanholas?

António Nuñez — Entendo que sim. Nós, através da ADFA, temos adquirido experiência graças à confiança que em nós depositaram e dos conselhos que nos deram os membros da sua Direcção. Entendemos que seria muito positivo, dentro de um espírito de unidade, criar uma associação, ou melhor, uma federação ou confederação de associações de deficientes ibéricos que aglutinasse e enquadrasse as associações de deficientes e ex-combatentes de Portugal e as suas congéneres espanholas. Reconhecemos e consideramos que isso teria tanto de conveniente como de positivo.



Os nossos entrevistados com o representante do Governo português e o Director do «Elo»

zações espanholas. Tenho razão?

António Nuñez — Sim, isso foi um bom passo em frente para que se acabe o fantasma das duas espanhas, e o problema das duas espanhas nunca se pode eliminar se existem várias associações que mantêm a mesma forma de pensar. O apoio recebido pela Liga de Mutilados Republicanos e pela União de Antigos Combatentes, para que a ACIME ingressasse na FMAC, foi amplo porque na realidade o espírito entre as associações é o mesmo, é que o problema de Espanha termine definitivamente depois de 54 anos de se ter enterrado uma guerra.

ELO — Creio então po-

tecer e esses elementos não se apercebem que nós estamos a lutar pela preservação do passado, como manutenção da História e da Tradição, pelo presente, pela consolidação dos nossos direitos actuais, mas também pelo futuro como herança que devemos transmitir aos nossos filhos.

ELO — Bem, há um problema de que neste momento aqui na CPAE nos apercebemos e que é o caso da ex-Jugoslávia. A Espanha tem um contingente militar nas forças de manutenção de paz da ONU (os capacetes azuis). Sabemos também que talvez seja o contingente espanhol o que detém o maior número de

missão humanitária na Bósnia Erzgovina, o problema que se levanta com referência à 8.ª Resolução da 59.ª Reunião do Conselho-Geral da FMAC, a que aqueles militares não cobram nenhum subsídio por risco, não cobram indemnizações quantitativas ou justas, mas há que dizer, apesar de tudo, que os militares profissionais estão protegidos no caso de ficarem feridos. O que nós queremos, no entanto, é que tal como em outros países haja uma carta do combatente ou um «status» em que os militares destacados em missões humanitárias em estados de guerra, sejam considerados como estando em missão directa de guerra. Há gente

A LOCALIZAÇÃO DA REUNIÃO

A reunião decorreu na Turquia, país que se localiza numa pequena parte da Europa e, na sua maior extensão, no Continente Asiático, confinando com a Grécia, a Bulgária, Repúblicas da ex-União Soviética, Iraque e Síria. A sua capital localiza-se em Ankara e o país que resta do ex-Império Otomano tem cerca de 60 milhões de habitantes dos quais aproximadamente 99 por cento professam a religião muçulmana. O país anfitrião integra a estrutura da NATO, e a partir de 1922, com a Instituição da República da Turquia, que corresponde ao findar dos sultanados e à independência política da Grécia, salvaguardando a sua identidade cultural e religiosa, voltou-se para as ideias ocidentais, mercê de reformas iniciadas pelo ainda hoje reconhecido Mustafa Kemal Atatürk.

A cidade de Istambul, onde se realizou a conferência, encontra-se dividida entre o Continente Europeu e Asiático, cidade com cerca de 12 milhões de habitantes, sete milhões na parte europeia e cinco na parte asiática, foi fundada no século VII a.C. por colonizadores Megários, que lhe atribuíram o nome de Bizâncio. A cidade foi, posteriormente, colónia grega, governada alternadamente por Atenas e Esparta, até

que no séc. II a.C. foi integrada no Império Romano. No séc. IV da época cristã e mercê do desvio de Roma para Bizâncio da capital do Império, pelo Imperador Constantino, passou a ter a designação de Constantinopla, no entanto, com a ocupação muçulmana a cidade viria a tomar o seu nome, ainda hoje assumido, de Istambul.

A parte europeia encontra-se separada da asiática pelo estreito de Bósforo, que liga os mares da Marmara e Negro, e como curiosidades pode indicar-se que através das suas duas pontes, e transportes marítimos, cruzam-no, diariamente cerca de três milhões de pessoas. Ao longo do estreito do Bósforo a cidade estende-se por cerca de 100 km, tem instaladas cerca de 2200 mesquitas, com mais de quatro mil minaretes, e por graça, refira-se, a cidade tem cerca de 22 mil táxis.

Da riqueza arquitectónica da cidade e do valor incalculável, de que nenhuma Companhia de Seguros garante, passo a redundância, a sua segurança (do tesouro do Sultão do Palácio Topkapı) a magnificência da Basílica de Santa Sofia ou de mesquitas como a Azul, à dos sultões Suleman e Ahmet, é impossível a descreção por falta de espaço e, quiçá, de verbo.



CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA



INÍCIO DA PRODUÇÃO DE DEMO I E II



As tecnologias de informação constituem sem dúvida um auxiliar precioso para a vida das pessoas com deficiência, a qualquer nível.

Aos deficientes motores graves colocam-se todavia problemas sérios ao nível da possibilidade da sua utilização, já que os periféricos tradicionais não são adequados à sua funcionalidade. Os teclados tradicionais, os ratos pequenos e sensíveis não se adequam às pessoas que têm limitações funcionais profundas nos membros superiores.

Neste contexto a solução passa pela adaptação desses periféricos ou pela concepção de soluções adequadas.

O entusiasmo de duas pessoas — os Drs. Carlos Abrunhosa de Brito e Luís

Silva Mateus, da empresa O.I.F. — Optoelectrónica, Informática e Formação, Lda., e o grande interesse e disponibilidade do C.R.P.G. para esta problemática, estão na origem de duas soluções alternativas para permitir o acesso de deficientes motores graves aos computadores, designados por DEMO.

O DEMO I visa permitir trabalhar com o computador utilizando o queixo; o DEMO II disponibiliza uma solução utilizando a mão espástica, isto é, com movimentos largos e imprecisos.

Após a sua concepção pela O.I.F., têm vindo a ser testados, estando prevista a sua produção no C.R.P.G. a partir de finais de Setembro.

SEMINÁRIO HORIZON NOVAS TECNOLOGIAS 14 E 15 DE OUTUBRO 1993

A 14 e 15 de Outubro próximo, vai realizar-se em Lisboa um Seminário do Programa HORIZON sobre o tema das novas tecnologias na formação profissional e emprego de pessoas com deficiência.

Organizado pela Unidade de Coordenação portuguesa do programa, este Seminário reunirá todas as organizações dos países comunitários envolvidos no Programa HORIZON, cujos projectos estejam relacionados com a temática referida.

Trata-se de uma iniciativa muito importante porquanto vai permitir uma troca de experiências e de informações que ajudará certamente uns e outros a aperfeiçoar as respostas que se vão encontrando para os problemas que se pretendem resolver.

O Seminário desenvolver-se-á em torno de cinco áreas temáticas:

I — Constituição de Bases de Dados/Redes de Informação

II — Formação à Distância

III — Novas Tecnologias/Formação Profissional

IV — Novas Tecnologias/Criação de Emprego — Adaptação de Postos de Trabalho

V — Comunicação Alternativa

O C.R.P.G. vai apresentar duas comunicações, conjuntamente com os seus parceiros internacionais:

Tema III — Formação Profissional de Pessoas Deficientes Motoras Graves através das Novas Tecnologias

Tema IV — Formação Profissional na Área da Informática visando a Integração Profissional.

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA



Plano de Formação 1994

CURSOS	N.º de formandos
● Operador de Escritório Electrónico	50
● Técnico Administrativo	15
● Electricista	12
● Electromecânico	10
● Técnico de Electrónica	10
● Técnico de Desenho Assistido p/Computador...	10
● Técnico de Edição Assistida por Computador ...	10
● Readaptação ao Trabalho.....	45
● Criação e Desenvolvimento de Auto-Emprego..	20
● Bordador de Tapete de Arraiolos.....	13
● Tecelão Manual	7
● Costureira.....	10
● Carpinteiro de Limpos	7
● Serralheiro	10
● Estofador.....	9
● Auxiliar de Serviços de Limpeza e Restauração	15



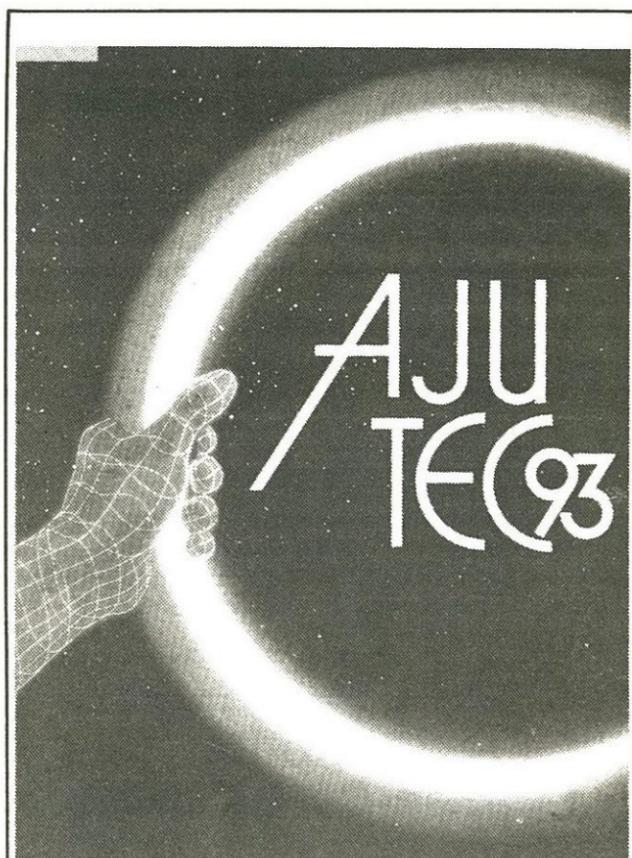
CEEH ASSEMBLEIA GERAL REÚNE NO C.R.P.G.

A CEEH — Confederação Europeia do Emprego Para Deficientes — foi constituída em 1992 e integra federações ou organizações representativas dos Estados Membros da Comunidade Europeia, visando intervir no plano comunitário ao nível da promoção e desenvolvimento do emprego das pessoas com deficiência.

A CEEH reúne anualmente em Assembleia Geral para fazer o balanço da actividade desenvolvida e planificar o trabalho para o ano seguinte.

Cabe este ano à FORMEM — Federação Portuguesa de Centros de Formação e Emprego de Pessoas com Deficiência — a cuja Direcção preside o C.R.P.G. — receber e organizar a Assembleia Geral.

Assim realizar-se-á no início de Novembro, nas instalações do C.R.P.G., a referida Assembleia Geral e paralelamente um Seminário sobre «A Reabilitação Profissional na Europa: Modos de Enquadramento Institucional».



Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias

2.ª Feira Internacional 6 a 9 de Novembro

Na sequência do êxito que obteve a AJUTEC 92, a Associação Industrial Portuense decidiu inscrever a AJUTEC no calendário normal das suas feiras, a realizar de dois em dois anos.

Relembrando um pouco da sua história, é interessante referir que a AJUTEC resultou da iniciativa de um grupo de associações, constituído no âmbito do Projecto do Distrito do Porto através da sua Divisão de Feiras e Exposições.

Nesse trabalho teve particular relevância a Delegação do Porto da ADFA que se empenhou fortemente na sua realização e sucesso.

Para além de outros resultados deixados por essa dinâmica da articulação do movimento associativo local, ficou o facto de se ter envolvido uma associação empresarial na problemática da deficiência, mais particularmente na área tecnológica — domínio tradicionalmente pouco agarrado em Portugal.

A importância desta iniciativa torna-se mais evidente se se atender ao facto de, em todo o mundo, se realizarem muito poucas feiras do género.

Assim, entre 6 e 9 de Novembro do corrente ano terá lugar na Exponor, a AJUTEC 93. Para além da Feira propriamente dita, que contará naturalmente com a participação de empresas e organizações nacionais e internacionais que produzam, comercializem ou desenvolvem trabalho das ajudas técnicas para pessoas com deficiência, está a ser preparado um conjunto de iniciativas paralelas que visam enriquecer ainda mais o evento.

Por outro lado, estão a ser preparados um conjunto de actividades desportivas, a cargo de associações locais e onde participa activamente a Delegação do Porto.

Na sequência do envolvimento do Secretariado Nacional de Reabilitação, este vai organizar duas iniciativas:

Dia 8 — Uma Conferência

Dia 9 — Seminário sobre o tema «Novas Tecnologias e Ajudas Técnicas».

Relativamente às iniciativas paralelas referidas, decorrem os trabalhos de preparação, pelo que a curto prazo será conhecido o respectivo programa.

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, naturalmente que estará presente na AJUTEC de forma expressiva, aproveitando esta óptima oportunidade para divulgar as suas diversas actividades nesta área.

Para além de continuar a divulgação da nossa actividade produtiva, importa divulgar devidamente todo o outro trabalho que se desenvolve, nomeadamente ao nível da investigação, da informação e da consultadoria.

A esse nível será esse o momento ideal para apresentar publicamente o facto de o CRPG ser o Centro de Informação e Aconselhamento para a deficiência Motora da rede HANDYNET.

AVEIRAS

COMEMORAÇÕES
DO 1.º ANIVERSÁRIO

Vem este Núcleo informar que vai organizar uma Noite de Fados no dia 13 de Novembro de 1993, pelas 21h30m, na Casa do Povo de Aveiras de Cima, amavelmente cedida para o efeito, pela respectiva instituição.

Informamos que da emenda constarão os petiscos próprios da época festiva e que se realiza — o São Martinho: bacalhau assado, chouriço, caldo verde, água-pé, castanhas e vinho.

Este Núcleo convidou para a Noite de Fados artistas que são colaboradores

prestimosos da nossa terra e concelho, bem conhecidos de muitos sócios que nos acompanharam em várias festas deste género.

Acresce salientar que o Núcleo escolheu esta data para festejar o seu 1.º aniversário.

Preço da Noite de Fados — 1500\$00/pessoa.

Os sócios que se quiserem inscrever deverão contactar para os telefones 46305-45666-46115 (indicativo 063) ou para a sede da ADFA até ao dia 7 de Novembro.

Núcleo de Aveiras

COIMBRA

CAMPEONATO NACIONAL DE PESCA
EM ÁGUAS INTERIORES INATELADFA É CAMPEÃO
NACIONAL

A equipa da ADFA Coimbra, constituída pelos atletas MÁRIO DINIS, VÍTOR NUNES, FAUSTO HUMBERTO, JOSÉ PINHEIRO, HENRIQUE PEDRO, VÍTOR MAIA, MÁRIO SACRAMENTO, LUÍS BAPTISTA e NARCISO MARQUES, conquistou brilhantemente o Campeonato Nacional, prova realizada no dia 19.9.93, na Barragem da Aguieira.

Estiveram em competição mais de trezentos atletas, em representação de várias dezenas de colectivi-

dades do continente e ilhas.

Depois de ter conquistado o Regional a II Divisão da Associação Regional das Beiras de Pesca Desportiva de Rio em 1989, que levou a ADFA a competir nos Nacionais da I Divisão, com obtenção de honrosas classificações, este foi o maior feito colectivo da nossa Secção de Pesca.

De destacar igualmente o atleta Fernando Pinheiro que se sagrou campeão nacional individual.

José M. Maia

VI CONVÍVIO DEFICIENTES/93

Por lapso nosso, no texto incluído na edição ano XIX, n.º 223, Julho 93, do jornal ELO, não foi referenciado o nome do associado n.º 2278, José de Almeida Silva, proprietário do restaurante O Bacalhau, no lote dos apoios à iniciativa. Porque a lisura de processos é o nosso lema, por

uma questão de justiça penitenciamos-nos pelo erro cometido pedindo desculpa ao associado em questão e esposa, que desde a 1.ª edição do Convívio não têm faltado com a sua ajuda. O seu a seu dono.

O Director das Relações Públicas, José M. Maia.

FUNCHAL

CONVÍVIO NA ILHA

No passado sábado, dia 19 do corrente mês, realizou-se na parte Norte da Ilha, concretamente na Vila de Santana, um convívio de sócios e familiares em que participaram cerca de 250 pessoas, cuja organização esteve a cargo dos sócios Caldeira, Jesus, Silva e Marcelo.

Após o almoço, uma ementa típica (espetada, bolo do caco, pão caseiro

c/batata-doce, bolo de milho e maçarocas), actuou o Grupo Recreativo de Santana «Os Lírios do Norte» e ainda fados e cantares populares ao desafio.

Aproveita-se a ocasião para informar que o actual endereço da Delegação do Funchal é o seguinte: Rua Vela da Ajuda, n.º 50, se bem que a delegação continua no mesmo local.

«HOSPITAL MILITAR
PRINCIPAL
ASSISTÊNCIA»

Solicitamos a todos os Associados utentes do Hospital Militar Principal que sempre que surjam quaisquer problemas no mesmo, deverão contactar o Serviço de Apoio Social e Médico da ADFA, que mantém a ligação com o referido Hospital.

Contactar pelo telefone: 3462167.



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA (Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900 Lisboa
Tels. (01) 856 14 00 Fax (01) 856 14 80

LISBOA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL
PLANO DE CURSOS
PARA 1994

A ADFA, à semelhança de anos transactos, vai promover Cursos de Formação Profissional ministrados com o apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional/FSE para jovens dos 16 aos 40 anos.

Os candidatos ficam sujeitos a selecção composta por provas psicotécnicas de aptidão e personalidade e ainda entrevista clínica e técnica. Os candidatos a futuros formandos deverão estar inscritos no Centro de Emprego da sua zona e ainda serem portadores de deficiência física ou outra.

Os formandos a recrutar são para frequência de cursos com início no próximo ano/94.

Os cursos para que se pode candidatar são:
TÉCNICO CERAMISTA
ESCRITÓRIO ELECTRÓNICO

SISTEMAS ELÉCTRICOS E ELECTRÓNICOS
SISTEMAS DE INFORMÁTICA
TÉCNICO DE ARTES GRÁFICAS

1. Os formandos terão direito a uma bolsa de formação igual a 70% do ordenado mínimo nacional.

2. Subsídio de refeição de igual montante aos agentes da Função Pública.

2. Passe Social.

CONGRESSO

PRÓTESES INTELIGENTES

O Congresso INTERBOR, subordinado ao tema as «Próteses e Ortóteses para o séc. XXI» decorreu na FIL, durante os dias 22 a 25 de Setembro. É o XXII Congresso da Interbor e com o apoio da Sociedade Internacional de Próteses e Ortóteses (ISPO). Paralelamente ao Congresso decorreu uma exposição onde se puderam observar as mais modernas próteses e ortóteses que existem actualmente.

A grande novidade foi o anúncio feito por uma em-

presa japonesa do lançamento, já no mês de Outubro, de próteses inteligentes. Uma empresa inglesa fez também o anúncio de que está a desenvolver próteses inteligentes com tecnologia japonesa. Tivemos oportunidade de ver uma jovem portuguesa a utilizar uma destas próteses em plena sala de congressos, este momento constituiu um dos momentos altos deste encontro.

Os produtos CAD/CAM estiveram também na ribalta, o mais significativo nesta área é a facilidade cada vez maior com que estas tecnologias podem ser utilizadas, assim como o embaçamento cada vez maior tanto do equipamento informático como dos programas. Não nos é possível neste número do ELO fazer uma reportagem mais exaustiva mas fica prometido que este assunto será devidamente explanado em próximos números.

COMPRA-SE

Carrinha ou carro com adaptação de embraiagem até mil contos, p.p.

Resposta à Delegação de Coimbra
da ADFA
Tel.: (039) 27712

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	P.BASE	P.V.P.
POLO CL	1.512.128.00	1.993.156.00
POLO CL DIESEL	1.664.400.00	2.493.302.00
GOLF CL 1.4 2P	1.689.608.00	2.522.543.00
GOLF CL 1.4 4P	1.732.948.00	2.572.817.00
GOLF GTD 2P	2.848.281.00	5.030.600.00
GOLF GTD 4P	2.909.339.00	5.101.427.00
VENTO CL 1.4	1.961.988.00	2.838.504.00
VENTO GL 1.4	2.276.421.00	3.203.246.00
PASSAT TD ARRIVA	3.026.288.00	4.405.825.00
PASSAT TD ARRIVA +	3.372.664.00	4.807.621.00
PASSAT TD VAR ARRIVA	3.215.366.00	4.625.155.00
PASSAT TD VAR ARRIVA	3.601.704.00	5.073.308.00

AUTOMÓVEIS OPEL

CORSA	P.BASE	P.V.P.
SWING C1.2 3P	1.171.595.00	1.735.891.00
SWING C1.2 5P	1.223.319.00	1.795.890.00
SWING C1.5D 3P	1.433.063.00	2.407.890.00
SWING C1.5D 5P	1.484.787.00	2.467.890.00

ASTRA	P.BASE	P.V.P.
1.4SEGL 4P	1.772.610.00	2.661.890.00
1.4SEGL 5P	1.772.610.00	2.661.890.00
1.4SEGT 3P	1.973.478.00	2.894.890.00
1.7DRGL 4P	1.892.586.00	3.364.890.00
1.7DRGL 5P	1.892.586.00	3.364.890.00
1.7TDGT 3P	2.277.529.00	3.782.890.00

ASTRA CARAVAN	P.BASE	P.V.P.
1.7DR GL 5P	1.988.076.00	3.475.890.00
1.7TD GLS 5P	2.318.908.00	3.930.890.00

VECTRA	P.BASE	P.V.P.
1.7DR GL 4P	2.267.586.00	3.799.890.00
1.7DR GL 5P	2.267.586.00	3.732.850.00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	P.BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	996 768\$00	1 386 348\$00
UNO 45 5P	1 159 699\$00	1 575 348\$00
UNO 60 3P CAT.	1 211 519\$00	1 700 655\$00
UNO 60 5P CAT.	1 279 623\$00	1 779 655\$00
UNO Diesel 3P	1 345 936\$00	2 013 646\$00
UNO Diesel 5P	1 479 557\$00	2 168 646\$00
TIPO 1.400 S	1 588 306\$00	2 395 110\$00
TIPO 1.700 D	1 659 492\$00	3 061 456\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 747 605\$00	2 579 896\$00
TEMPRA 1.4 SW	1 783 252\$00	2 621 247\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura.
Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 5016, a partir das 19H30, para Alberto Pinto.
Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!



Rua de acesso em construção

Começaram a bom ritmo as obras de construção da estrada de acesso, conforme prometido pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

A rede informática já começou a ser instalada e os serviços de segurança da Associação já se encontram presentes 24 horas por dia.

RELAÇÃO DOS DONATIVOS DA NOVA SEDE

Transporte (Julho 93) 12 209 973\$20

N.º Sócio	Nome	Quantia
<i>Setúbal</i>		
1098	José Diogo Lobo	2.000\$00
6001	Albertino Silva Lopes	1.000\$00
8442	António Pareira Salgado	5.000\$00
Total		8.000\$00

<i>Lisboa</i>		
12539	Carlos António Mendes Pereira.....	30.000\$00
12726	Álvaro de Sousa Gomes Ferreira.....	20.000\$00
5586	Joaquim Domingues	10.000\$00
458	Domingos Manuel Vieira	10.000\$00
3874	Joaquim José Fonseca Eusébio.....	4.000\$00
11239	José Pereira Runa.....	4.000\$00
5561	Desidério Grou Caeiro Pica.....	5.000\$00
4254	Marcelino Francisco Jesus Maria	1.000\$00
6633	Artur Martins Neves Paixão	5.000\$00

A transportar (Setembro 93)..... 12 298 973\$20

Coisas de nada

Somente folhas caídas, aliciadas pelo ar da noite, fazem campanha pelo Inverno

Por ROSA SIMÕES



O «BALEIA» Será penalizado

Segunda-feira, manhã cedo. O cenário está montado. Como sempre.

Seguindo o plano há muito estabelecido, a multidão irrompe, agitada e fria na toada morna do guião.

Alguém discute futebol; alguém perde o autocarro; alguém pára, fascinado, aproveita o último saldo.

Quanto ao tempo...

Bom, dias mais frios se anunciam.

Por ora, somente folhas caídas, aliciadas pelo ar da noite, fazem campanha pelo Inverno.

Isto, claro, em conluio com o homem das castanhas a quem o solzinho matinal estraga o negócio.

O trânsito... a multidão... o homem das castanhas...

Um típico dia de Outono.

Em tudo igualzinho aos demais.

Em tudo, não.

Inacreditável.

No jardim, alguém falhou a entrada; não cumpriu o seu papel.

Sempre atento, o encenador avisou:

— Será penalizado!

É evidente.

Onde é que já se viu?

Um jardim, um banco, este sol...

E nem um simples reformado?!

SÓCIOS FALECIDOS

FRANCISCO PALMA, sócio n.º 7266, natural de Santa Clara-a-Nova, e residente em Guelhim, Estoi, Faro, faleceu no passado dia 10 de Agosto de 1993. Deficiente com 16 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Angola.

Deixa viúva a Sr.ª D. Fernanda Custódia Ramos Felício Palma e dois filhos menores.

JOSÉ RAMALHO TIAGO, sócio n.º 892, natural de Póvoa de S. Miguel, e residente em Lisboa, faleceu no passado dia 15 de Setembro de 1993.

Deficiente com 30% de desvalorização.

Deixa viúva a Sr.ª D. Maria Adelaide de Carvalho Fernandes Tiago.

Aos familiares e amigos deste sócio apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

De Coimbra chegou-nos, neste período, um texto do nosso associado Silva Cruz, qual ensaio poético-literário sobre a ADFA e o seu espírito, os sócios e o seu futuro, de onde gostaríamos de salientar, para reflexão de cada um, as seguintes frases/ideias...

«A casa nova deve ser Mestre.

Parar é morrer. Um homem só, mais abandonado fica.»

Coimbra, 13/7/93

Exm.º Senhor

Director do Jornal o ELO

Estimado, mais uma vez aqui estou presente para saudar os companheiros da casa e também para vir manifestar o que penso acerca da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Como sócio não deixo de ser solidário com todos em geral e só quero que desculpem a minha irreverência pessoal em particular, mas como sou homem de coragem sempre quero seguir em frente com dignidade aparentemente indiferente.

Não sou dos partidos nem da oposição. Não es-

pero por nada nem vivo na ilusão da reintegração social. Sou um homem activo há minha maneira. Não gosto de vedetas que se dizem ser superinteligentes ou que sejam distinguidos como homens comuns. Far-tei-me de vulgaridades urbanas transparentes.

Há quem diga aqui por Coimbra que só sei dizer disparates e que sou inconveniente nas abordagens que faço por norma em certas situações.

Mas há também quem diga e categoricamente que eu digo coisas com muito senso, embora nem tudo quanto diga fique gravado na história.

A Lei é facultativa mas não obriga a aceitar e calar. A opinião é um mero modo

de ver as coisas, não faz lei. Há que distinguir o Ó.

Dá a impressão que estamos aqui para explicar a toda a gente em geral e publicamente como se define a exacta quadratura do círculo.

Quem fala demasiado morre prematuramente. As palavras são vãs. Vamos ao que interessa.

Nós preferimos uma vida metafísica sem história, mas real e saborosa.

In vino veritas

Da videira e do vinho saboreio apenas o que é genuíno.

Do espírito do vinho naturalmente não se fala porque se ignora.

O órgão da Associação dos D.F.A. está localizado no Palácio da Independência no Largo de São Domingos em Lisboa.

Este é um facto histórico que nós jamais poderemos ignorar.

Não vamos salvar a Pátria hoje em dia, mas é preciso urdir uma nova conjura

diferente para podermos arrancar para uma mudança e garantir a nossa independência presente e futura.

A casa nova deve ser Mestre.

Parar é morrer. Um homem só, mais abandonado fica.

A maioria quer integrar a vida activa na comunidade em sociedades locais e nacional e o que não nos pode faltar é a testa frontal para lutar e continuamente se revelar como uNa e indivisível no seu funcionamento dinâmico generalizadamente racional e objectivo. **Nobre é o Leal Companheiro.** Neste ponto não se pode falhar.

Há quem esteja a viver sempre da mesma ideia.

Há marmanjos em todo o mundo a viver só de ilusões não compreendem que, para tudo o que fizerem haverá uma reacção.

Eles terão que pagar. Assim é o determinismo. Para perceber melhor leia-se desígnio fatalidade histórica ou fado.

Achamos que é chegado o tempo de começar a vi-

ver uma esperança diferente com visão realista.

Não podemos ser aze-lhas e por quaisquer pequenas coisas destruir a nossa existência.

Sonhar é saudar o inconsciente e tentar fazer futurismo no escuro.

Uma das mais graves mentiras e pensar e dizer que todos nós vivemos nas trevas.

Nós podemos estar muito fracos todavia enquanto pudermos batemos a uma porta como uma certa lógica da razão, naturalmente.

Não reclamamos a esmola aviltante dada ao mendigo por caridade, mas sim o apoio humanitário correspondente a um Direito Universal.

Não há paraíso nas alturas

Nem há paraíso terrestre. Na horta do sol a vida é trabalho

E no mais pequeno horto escondido se produz o melhor fruto.

Sem mais **Carlos Pedro Veiga da Silva Cruz** sócio 7668 D.F.A. — Coimbra



ESCREVEM OS SÓCIOS...



Campanha Nova Sede

Candidata-te a este
Por 1000\$00 Panda

Sorteio
em Marcha



Contribui! Contribui! Contribui! Contribui! Contribui!

Sorteio «Campanha Nova Sede»

1. O Concurso destina-se a ser vendido nas instalações da ADFA, nos distritos de Lisboa, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Porto, Setúbal, Vila Nova de Famalicão e Viseu.

2. Serão emitidos 5000 bilhetes numerados de 0000 a 4999 ao preço de 1000\$00 cada.

3. Os prémios a atribuir serão expostos ao público com a venda do sorteio, na Sede Nacional da ADFA.

3.1 Haverão 50 prémios que são os seguintes:

1.º Prémio — 1 veículo ligeiro, marca Fiat Panda 1.0 L Kat.

2.º a 5.º Prémio, no valor individual de 30 000\$00; 1 serigrafia e 1 litografia da pintora Helena Justino.

6.º a 50.º prémio, no valor individual de 17 000\$00:

1 litografia da pintora Helena Justino e um CD «Menino D'ouro» de Raul Ouro Negro.

4. O sorteio será efectuado no dia 23/11/93, em Lisboa, na Sede da ADFA.

4.1 O sistema utilizado será o de bolas numeradas de 0 a 9 num saco ou numa esfera (ou

de rodas numeradas) com observância das regras usuais, a que assistirá um representante do Exm.º Governador Civil do Distrito de Lisboa.

5. Recaindo um número premiado em bilhete que não chegou a ser vendido, repetir-se-ão as operações da extracção para esse prémio, até sair número correspondente a bilhete vendido.

6. Os premiados poderão reclamar os prémios no prazo de noventa dias a contar da data da extracção.

6.1 Findo este prazo, os prémios não reclamados revert-

rão para instituição indicada pelo Governador Civil de Lisboa.

7. A lista dos prémios será publicada no jornal ELO, órgão de Informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, no mês de Novembro de 1993.

7.1 Também serão afixadas listas de prémios na sede e delegações da ADFA.

7.2 A ADFA informará cada um dos contemplados do prémio que lhe couber.

8. Este sorteio tem o n.º 13/93 e foi autorizado pela Inspeção-Geral de Jogos, em 93-06-22.

Dezenas de
Premios

Bilhetes à Venda na Sede, delegações e núcleos. Remete cheque ou vale de correio e receberás os teus bilhetes sem sair de casa.



ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS



Este suplemento faz parte integrante do ELO n.º 224 e não pode ser vendido separadamente

NOVA SEDE O RECONHECIMENTO DA NOSSA RAZÃO



Os deficientes militares puseram-se de pé



Sócios reunidos no pátio do Palácio

ARMINDO ROQUE

Pretende-se com este suplemento dar uma panorâmica geral de todo o processo que envolveu a estadia da ADFA no Palácio da Independência desde 1974 assim como as razões que determinaram a construção de uma sede de raiz que brevemente se inaugurará.

Tão extenso trabalho, não pode, por razões óbvias, ser tratado exaustivamente em tão reduzido espaço, para tal seria necessário um livro que, quem sabe, talvez um dia se escreva. Um outro suplemento, continuação deste, será publicado no próximo número do «ELO», nele trataremos do aspecto funcional da nossa nova sede.

Como é sabido, desde o início da vida da ADFA, desde a ocupação do palácio, vivemos numa situação de instabilidade, na medida em que este Palácio é um monumento com grande peso histórico e com uma localização geográfica muito central e onde passam diari-

amente dezenas de milhares de pessoas.

Com a nossa vinda para o Palácio da Independência cortou-se com o costume de colocar os deficientes em lugares escondidos a maior parte das vezes nos subúrbios das cidades. O impacto da luta dos DFA's

deve-se, entre outras coisas, ao facto de a sua sede ter a localização privilegiada que tem. É isto é verdade não só para os DFA's como para os deficientes em geral. Por essa razão os sócios da ADFA têm reagido de forma muito firme sempre que a questão da sede é posta sem uma alternativa condigna.

Seguindo esta linha de pensamento, todos os Órgãos Centrais que passa por esta casa pautaram as suas exigências pelas resoluções tomadas na AGN de 19 de Maio de 1979 que mais adiante referiremos.

Dada a já longa história do Palácio da Independência, e todas as movimentações que há mais de um século se têm travado para que se construa um Museu de Portugal, que seja um repositório da nossa identidade cultural e preste um testemunho digno da mais antiga nação da Europa, é

um facto que qualquer pessoa de bom senso não pode ignorar.

É tão grande a importância desta problemática que a mesma foi sempre tratada ao mais alto nível, tanto na ADFA, onde por várias vezes foram convocadas Assembleias Gerais Extraordinárias, como ao nível externo todos os Presidentes da República nela intervieram e antes do 25 de Abril o próprio Salazar.

A AGN de 19 de Maio de 1979

Por determinação da Presidência da República o Palácio da Independência vai ser entregue à Comunidade Portuguesa no Brasil e a ADFA deve ser transferida para outras instalações.

Foi no dia 19 de Abril de 1979 que a ADFA soube desta notícia quando a Direcção Central foi chamada ao Ministério da De-

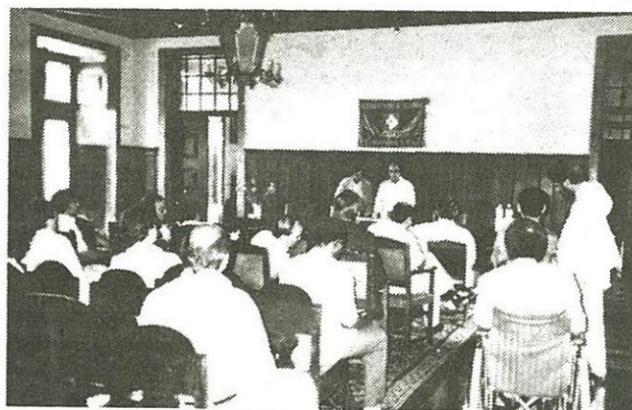
fesa Nacional. A ADFA teria de abandonar o Palácio da Independência até ao dia 10 de Junho, data em que seria entregue à Comunidade Portuguesa do Brasil, na pessoa do coronel Sarmiento Pimentel, para aí instalar um museu.

Foi expressamente convocada para o efeito uma AGN em 19 de Maio de 1979, para debater a comunicação do Chefe de Gabi-

nete do CEMGFA, feita através do ofício n.º 1475/GC de 18 de Abril de 1979, que accionava o abandono das instalações da SEDE da ADFA no Palácio da Independência.

As conclusões desta AGN foram norteadoras de toda a acção futura, nela foi aprovada uma proposta do Secretariado Nacional da ADFA, de 28 de Abril

(Continua na pág.II)



No Salão Nobre do Palácio da Independência

RESUMO HISTÓRICO DO PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA ATÉ 1974

1. O Palácio da Independência está localizado numa zona que era um subúrbio da antiga Olissipo romana, só depois da construção das muralhas fernandinas passa a ser uma zona central.

Este palácio foi mandado construir em 1470 por D. Fernando de Almada, filho do 1.º conde de Avranches. O palácio foi sucessivamente ampliado no séc. XVI, restaurado no séc. XVII, reedificado no séc. XVIII e, finalmente, restaurado e reintegrado, quanto possível, na sua feição seiscentista, em 1940, quando foi adquirido para o Estado.

A entrada para o palácio faz-se por um portal seiscentista emoldurado e sobreposto de janela de balústres a guarnecerem a janela central, por sobre esta pode ver-se o brasão com as armas dos Avranches e dos Almadás. Os pátios contêm alguns elementos quinhentistas de elevado valor histórico; as chaminés e quatro portais manuelinos.

A revolta de 1640

Foi também neste palácio que os conjurados de 1640 se reuniram para organizarem a Revolta de 1640.

Em 1580 a coroa portuguesa foi usurpada à casa de Bragança, por Filipe II de Espanha e os seus sucessores retiveram-na durante 60 anos.

O descontentamento, que sempre existiu, começou a aumentar a partir dos anos 30, as massas populares revoltam-se em Évora e no Algarve. Também em Espanha em Junho de 1640 há uma enorme revolta na Catalunha.

A aristocracia portuguesa começa a conspirar, obtendo o apoio de nobres reunidos no palácio dos Duques de Almada (hoje, Palácio da Independência), sai para a rua em 1 de Dezembro de 1640 e, dirigindo-se ao palácio real (hoje Praça do Comércio), prende a Duquesa de Mântua, governanta de Portugal, e aclama como Rei D. João.

A guerra com Espanha haveria de se prolongar por mais 28 anos e só em 1688 reconhece novamente Portugal como país independente.

Em 1861 foi criada a Comissão Central 1.ª de Dezembro de 1640, que contou entre os seus membros com o Grande Alexandre Herculano. Desde 1870 que esta comissão começou a envidar esforços para adquirir o Palácio da Independência. Com o objectivo de satisfazer este objectivo foi criado em 19 de Agosto de 1925 o Selo da Independência de Portugal, cujos lucros revertiriam para a compra do palácio pelo estado. Entretanto, em 1927, a Comissão da Independência transformou-se em Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP).

Em 1939, quando das comemorações dos centenários,

foi criado o fundo do Palácio da Independência, para o qual reverteriam os produtos da venda dos selos, os da subscrição da SHIP e os donativos dos portugueses do Brasil.

O palácio foi finalmente adquirido aos condes de Almada, que o fizeram contrariados, pois auferiam grandes rendimentos dos alugueres que faziam do palácio a vários comerciantes, não sendo o preço por ele pedido aceite pelo Estado, que o pôs à disposição da SHIP e da Mocidade Portuguesa.

A Mocidade Portuguesa, como é sabido, foi extinta após o 25 de Abril de 1974. O palácio foi invadido pelo povo, que causou alguns estragos em valores culturais existentes o entregou ao MFA.

Os sócios da ADFA, reunidos em AGN em 23 de Novembro de 1974, deliberaram ocupar todo o Palácio da Independência, alargando assim o espaço que usufruíam, que era apenas de duas salas que tinham sido cedidas a 16 de Maio de 1974. As instalações eram partilhadas com a Comissão de Extinção da Mocidade Portuguesa.

A SHIP continuou com as mesmas instalações e o seu relacionamento com a ADFA passou por vezes por fases difíceis mas a vizinhança foi de cavalheiros.

A CASA DA PAZ

(Continuação da pág. I)

de 1979, que foram as seguintes:

1 — Dar a conhecer ao Ministério da Defesa Nacional que a ADFA aceitará a saída do Palácio da Independência desde que lhe sejam facultadas outras instalações que fiquem propriedade da ADFA.

1.2 — Que essas instalações obedeçam essencialmente aos seguintes requisitos:

a) Nunca poderão deixar de ser centrais, com uma localização própria para deficientes e sem barreiras arquitectónicas;

b) Deverão ter espaço suficiente que contenha, desde já, um complexo capaz de albergar todos os serviços burocráticos actuais da Associação, com capacidade para os mesmos se desenvolverem;

c) Deverão ter um complexo para oficinas, nomeadamente de tipografia, de electrónica, fotografia, de próteses, etc.;

d) Deverão ter um complexo de convívio e tempos livres próprio para deficientes, nomeadamente com um bar-refeitório, uma sala de jogos de salão, uma piscina, um pavilhão gimno-desportivo, campos de jogos, espaço para atletismo, etc.;

e) Deverão ter salas próprias para a escola da ADFA e para o funcionamento de cursos práticos e teóricos de reabilitação;

f) Quando e se a ADFA sair do Palácio da Independência, terão que estar concluídas e aprovadas as alterações do Dec. Lei 43/76;

g) Que dependendo destas negociações sejam

reinstalação da Sede da ADFA.

Entretanto, outra AGN, reunida em 9 de Julho de 1979, voltou a tomar posição sobre a transferência da Sede manifestando-se pela retirada do âmbito da Comissão Negociadora do Palácio da matéria relativa às alterações do Decreto-lei 43/76 e instalações de outras delegações, passando tal matéria a ser tratada junto das entidades oficiais pela Direcção Central.

Entrega simbólica das chaves

Na cerimónia do 10 de Junho de 1979 foi simbolicamente entregue uma chave do Palácio da Independência ao coronel Sarmento Pimentel, representante da Comunidade Brasileira, não estando presente a Direcção Central da ADFA «por impossibilidade». No entanto a Direcção da ADFA dessa altura também nunca mostrou interesse nesta cerimónia, se bem que não se tenha oposto. A partir desta altura estavam na prática definidas as linhas de actuação de ambas as partes e começaram de imediato a estudar-se alternativas para a nova sede.

A Comissão Negociadora do Palácio deslocou-se a vários locais para analisar uma série de hipotéticos edifícios, que não foram aceites quer por implicarem outras acções de mudança, quer por acarretarem vultuosas obras de adaptação, quer ainda por

A Câmara Municipal de Lisboa não concordou com esta aquisição, em virtude de já estar aprovado um Plano de Urbanização de Pormenor, aprovado na sessão da Câmara Municipal de Lisboa em 28 de junho de 1973 para a área que previa a passagem de uma rodovia sensivelmente a meio da propriedade. De facto, actualmente passa lá o metropolitano.

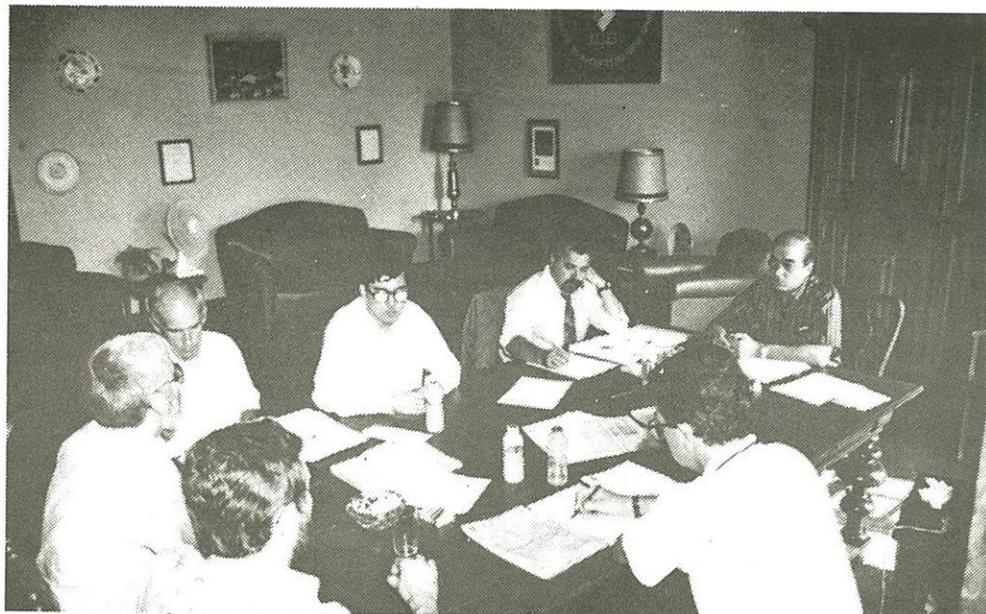
O vereador da Câmara Municipal de Lisboa para esta área mostrou disponibilidade para a cedência de um terreno para a construção de uma sede de raiz. Pode-se dizer que foi aqui que realmente começou a ganhar corpo aquilo que viria a ser a solução posteriormente adoptada.

A 25 de Setembro de 1979 estava-se portanto num impasse, a ADFA aguardava que a Câmara Municipal de Lisboa desse uma resposta oficial ao Ministério da Defesa Nacional.

Iniciou-se aquilo que se pode chamar uma segunda fase, uma fase longa, pois só em 1983 este assunto voltaria a ribalta.

O Palácio é entregue à SHIP

Numa reunião, em Dezembro de 1983, com o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Defesa, a ADFA manifestou o seu profundo repúdio por o Ministro das Finanças ter assinado um despacho a doar todo o Palácio da Independência à SHIP. O jornal «ELO» referiu-se a esta atitude com «inadmissível» e «traíçoira», por o Palácio da Independência



Reunião dos Órgãos Centrais

Estado da Defesa Nacional, Figueiredo Lopes, em 27 de Junho de 1985. Entre outros pontos, foi debatida a problemática da sede, onde este membro do Governo reafirmou que nenhum passo seria dado sem que a ADFA participasse. Nesta reunião, a Direcção Central manifestou a necessidade de se criar um grupo de trabalho no âmbito da SEDN para a resolução deste problema.

Durante cerca de dois anos o assunto ficou adormecido e a ADFA continuou a utilizar as instalações do Palácio da Independência como se nada se tivesse passado.

Governo corta o subsídio

Em 1987 o Governo fez depender o desbloqueamento do subsídio estatal de apoio às actividades da ADFA, suspenso desde Junho, da cédência de mais espaços à SHIP, inclusive o Salão Nobre.

Por outro lado, o Governo disponibilizava uma moradia no Restelo para futura sede da ADFA.

A Direcção Central entendeu que a questão só poderia passar pelas mais altas instâncias deliberativas da ADFA. Assim, a par da convocatória de um Conselho Nacional Extraordinário e de pedidos de audiência ao Ministério da Defesa Nacional, aos chefes militares dos três ramos, ao CEMGFA, convocou também reuniões diversas com os sócios para informação prévia antes do Conselho Nacional.

A Direcção Central viu-se confrontada ao fim de uma semana de mandato com uma situação de facto, a suspensão do pagamento do subsídio estatal à Associação — e duas exigências do Governo, expressas através da SEDN numa reunião realizada no dia 24 de Julho de 1987.

A primeira dessas exigências da qual dependia a normalização do subsídio era entregar à SHIP o Salão Nobre do Palácio da Independência ou dependências de importância equivalente, e o Ministério da Defesa Nacional estabeleceu um prazo até fim de Outubro para que a ADFA desse a conhecer a sua posição. Outra exigência era que a ADFA aceitasse transferir a sua Sede para um imóvel sito no Restelo, pertença da Cruz Vermelha Portuguesa, situado na Rua S. Francisco de Xavier. Era um imóvel de três pisos com 14 dependências. A ADFA não aceitou esta exigência,

por o referido imóvel não oferecer as condições mínimas que desde sempre exigimos para abandonar o Palácio da Independência.

Conselho Nacional de 24 de Outubro de 1987

Após uma série de estudos então efectuados, a conclusão a que se chegou foi a de que a construção de uma sede de raiz seria a forma que permitiria à ADFA perspectivar as acções futuras com a dignidade que os deficientes militares merecem.

O Conselho Nacional, reunido a 24 de Outubro de 1987, reafirmou total disponibilidade e empenhamento da ADFA na procura de nova sede social, com a consequente saída do Palácio da Independência. Nessa reunião foi também decidido não aceitar a proposta da venda do Restelo pelas razões atrás citadas.

Nesta reunião a Direcção Central foi mandatada para, de imediato, planear e desencadear as necessárias acções de carácter social, económico e financeiro para a obtenção de instalações adequadas à futura Sede Nacional da ADFA.

Com este objectivo, a Direcção Central lança uma «ofensiva diplomática» em várias frentes, a fim de alcançar os objectivos pelo Conselho Nacional.

O Secretário de Estado da Defesa, Eugénio Ramos, numa audiência dada à Direcção Central, incluiu, por sua iniciativa, a possibilidade de construção de um edifício de raiz. Na mesma reunião revelou que o desbloqueamento total ou parcial do subsídio à ADFA se encontrava em estudo e constituiria a «prova da vontade de dialogar» daquele órgão do Governo.

Em audiência com o CEME, general Firmino Miguel, este ventilou a hipótese de a futura sede se situar na área e localização geográfica do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, no Lumiar, e prontificou-se a defender isto junto do Governo.

O vice-chefe do EMGFA general Soares Carneiro afirmou na audiência que deu à Direcção Central que «os deficientes fazem parte integrante da família militar» e não serão esquecidos, nem serão, em caso algum, vítimas indefesas das restrições orçamentais.

A Direcção Central foi também recebida pelo director do HMP brigadeiro Carrilho e pelo Secretário Nacional de Reabilitação, Dr. Francisco Fouto Pólvora, que foram informados dos problemas que se colocavam a propósito da sede da ADFA.

«O PALÁCIO TEM MAIS ENCANTO, NA HORA DA DESPEDIDA»

Do Palácio guardo memórias de longos debates, de conturbados momentos em que as palavras não bastavam, tempos de uma vivência associativa perene, feita de cimento da camaradagem e da solidariedade.

Mas guardo também memórias das barreiras arquitectónicas, muros desesperantes para quem ama a cidade de todos para todos, os espaços labirínticos onde se dispersaram os nossos gestos, as nossas palavras e até algumas vezes os nossos passos. E, porque não lembrar a vossa vozearia que tantas vezes nos maltratou os sentidos, e cortou o fio do nosso pensamento?

O Palácio há-de recordar sempre à sociedade a nossa existência, vítimas de uma guerra injusta, a organização que soube construir o futuro, pugnando pela dignidade social e humana dos seus membros.

A nossa Associação está prestes a mudar para a nova Sede Social, edifício construído de raiz, de múltiplos e amplos espaços. Habitar uma nova casa significa, quase sempre, mais solidez no nosso projecto de vida. Acredito que, com esta mudança, o nosso projecto associativo ganhará mais autonomia e independência. Sim, porque em casa nossa fluiremos do sabor da liberdade de sermos nós a decidir dos nossos passos.

Abel Artur dos Santos Fortuna



asseguradas as instalações às sedes de Zona e Delegações que não tenham a situação definida.

1.3 — Levar esta proposta ao Ministério da Defesa Nacional como alternativa às instalações existentes.

1.4 — Dar a conhecer ao Ministério da Defesa Nacional que a solução final ficará sempre dependente de ratificação pela AGN a convocar para o efeito.

2 — Também na sequência da mesma proposta do Secretariado Nacional foi criada uma Comissão Negociadora do Palácio, para se integrar num grupo de trabalho entretanto criado junto do Ministério da Defesa Nacional para a

não possuírem área suficiente. A única hipótese com alguma viabilidade foi um palácio na Alameda das Linhas de Torres nº 20, junto ao Estádio de Alvalade. Foi criado um Gabinete Técnico para analisar esta possibilidade de reinstalação da ADFA, que encarregou o Centro de Estudos Cooperativos de Organização de Projectos (GERAP) de efectuar este estudo.

Concluiu-se que seriam necessários 25 mil contos em obras de adaptação e 56 mil contos para aquisição do imóvel. A Comissão Negociadora do Palácio reuniu no Ministério da Defesa Nacional no dia 27 de Agosto de 1979, onde apresentou estas conclusões para posterior aprovação pelo Ministério das Finanças.

ter sido «negociado nas costas da Associação». Desta forma a ADFA passou a ser «inquilina» da SHIP.

Começa o que poderemos chamar uma segunda ronda de negociações.

A pedido da ADFA, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Kruz Abecasis, recebeu, em audiência, no dia 10 de Agosto de 1984, a Direcção Central da ADFA. O autarca estava informado de todo o historial da presença no Palácio da Independência, prontificou-se, caso a ADFA o desejasse, a apoiar significativamente um plano de raiz para uma nova sede.

A Direcção Central foi recebida pelo Secretário de

A SEDE NÃO É UM "GHETTO" ONDE SE ESCONDEM OS DEFICIENTES MILITARES

A Direcção Central foi recebida, no dia 26 de Novembro de 1988, pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Krus Abecassis, com a finalidade de solicitar a colaboração do Município para a obtenção de um terreno para a nova Sede, tendo recebido da sua parte um apoio entusiástico; Krus Abecassis não só se dispôs prontamente a diligenciar para a concretização da cedência de um terreno camarário para o efeito, como se propôs ainda desenvolver diligências pessoais para reunir apoios de outras entidades. O autarca afirmou que «A ADFA merece uma Sede digna e a cidade de Lisboa tem essa obrigação para com os seus deficientes militares».



Reunião da Comissão da Nova Sede

Desenhavam-se assim todas as condições para que a Sede da ADFA viesse a resultar de um projecto adequado e criteriosamente estudado, em articulação com os serviços próprios da Câmara e com o Núcleo de Intervenção para as Questões Relacionadas com Deficientes (NIPRED).

Posteriormente a esse encontro a ADFA entregou, à vereadora Ana Sara Brito, o programa-base da reinstalação da Sede social, em que se definia o espaço indispensável para instalação

dos serviços e se dava conta dos objectivos, dimensão e estrutura da Associação.

A partir do início de 1988 começam a existir relações mais concretas e objectivas com a Câmara Municipal de Lisboa através do chefe dos Serviços de Urbanização, Elísio Dinis. Começaram a realizar-se estudos e reuniões de trabalho para se encontrar um terreno. Nessas reuniões participavam por parte da Câmara Municipal de Lisboa o Dr. Moita e o arquitecto Afonso Cabido, pelo NIPRED os

arquitectos Pires Marques e Margarido Pires e pela ADFA os nossos associados arquitecto António Ferreira Gomes e o Eng. Bernardino Sardinha.

Em Fevereiro de 1988 foi apresentada a proposta de um terreno perto do Lar Militar, que depois se viria a verificar não estar disponível por ter sido vendido a outra entidade. Em 9 de Junho foi apresentada nova alternativa, mas também esta não se encontrava disponível. Surge então uma nova hipótese. O ELO noticiava



Reunião com o presidente da Câmara, Krus Abecassis

em Outubro de 1989 que a Câmara Municipal de Lisboa já teria dado autorização para que a ADFA procedesse aos estudos e levantamentos que considerasse necessários para iniciar o projecto da nova Sede, nesse terreno na zona do Lumiar perto da Alameda das Linhas de Torres, mas também neste local havia problemas.

FINALMENTE O TERRENO

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa recebeu a Direcção Central numa reunião realizada nos Paços do Concelho, no dia 21 de Dezembro de 1988. Nesse encontro encontrava-se também todo o pessoal técnico implicado. A ADFA foi informada que se tinha levantado uma questão

técnica à cedência do terreno previsto. Imediatamente se iniciaram as diligências necessárias para que a mesma fosse ultrapassada o mais rapidamente possível. Nesta reunião, não será exagerado dizer que Abecassis «arregaçou as mangas», espalhou as plantas no chão do seu gabinete, escolheu o terreno, tendo, no fim da audiência, todo o grupo, incluindo os membros da Direcção Central, seguido para a zona de construção, a fim de, no próprio local, apreciarem o terreno e as respectivas envolvências. Localizado, como se sabe, na esquina de duas das avenidas mais movimentadas de Lisboa, a Av. Rainha D. Amélia e a Av. Padre Cruz, tem a vantagem de se encontrar mesmo junto ao Lar Militar da Cruz Vermelha, é só atravessar a rua. A Di-

recção Central já contactou os serviços competentes da Câmara Municipal de Lisboa, responsáveis pelo projecto de desnivelamento do cruzamento destas duas avenidas, no sentido de ser criada em simultâneo uma passagem desnivelada que permita que os deficientes em cadeira de rodas circulem em segurança entre a Sede e o Lar Militar. Os responsáveis pelo projecto mostraram-se receptivos a estas intenções.

No Salão Nobre dos Paços do Concelho, onde recebeu os sócios da Associação que participaram no III Congresso da ADFA, no dia 13 de Janeiro de 1989, Nuno Abecassis anunciou «ter aprovado a nova localização do terreno destinado à Sede dessa associação.»



O acesso à nova Sede é bastante fácil, como se vê na planta. Existem na Carris duas carreiras, as n.º 3 e n.º 47, cuja paragem se situa a 150 passos do portão da Sede.

Sugerimos que se apanhe o metro até à estação do Campo Grande e seguidamente os referidos autocarros na Alameda das Linhas de Torres.

EM 24 de Outubro, o Conselho Nacional decidiu rejeitar a proposta governamental de sede para a ADFA numa vivenda no Restelo, por esse imóvel não reunir condições mínimas.

O Executivo reconheceu a nossa fundamentação e considerou a nossa proposta de construção de uma Sede de raiz.

PENSAMOS que numa análise pragmática do Despacho n.º 134, pela primeira vez o Poder reconheceu que o problema da Sede Nacional da ADFA é um assunto que merece atenção e uma resposta adequada.

DESDE há muito concluímos que o Palácio da Independência não reúne as condições objectivas para a vida e desenvolvimento da ADFA.

No dia primeiro de Dezembro o sr. Presidente da República retomou uma tradição republicana, participando nas comemorações da Restauração havidas no Palácio da Independência. Tivemos oportunidade de trocar informalmente com o Presidente algumas palavras que muito nos sensibilizaram, pois foi-nos reafirmado que a Nação terá de reconhecer a breve trecho os nossos sacrifícios no cumprimento de um dever ao serviço da Pátria.

VAMOS aos actos, palavras já chegaram e comecemos por nós.

Sejamos claros: vamos iniciar uma etapa desta grande caminhada para a meta que é a reabilitação e a integração social. Avancemos com moderação e realismo, sempre com o sentido da dignidade que merecemos.

TEMOS experiência e sabemos o que queremos, já o provámos. Fazamos uma acção de sensibilização, relancemos os alicerces da nossa sociedade. O futuro também é nosso, o progresso deve contemplar todos. Não nos demitiremos do dever de participar na procura de soluções equilibradas e justas. Neste momento, estamos cientes de que, pedra sobre pedra, vamos construir uma sede digna.

PENSAR e edificar o futuro, competem-nos...

Trilhemos a rota da confiança, legada por aqueles que abriram o caminho em 14 de Maio. Com total participação, empenhamo-nos em reafirmar que somos diferentes e, por isso, exigimos o direito à diferença.

A sociedade terá de mudar de atitude em relação a nós. Somos membros da sociedade, apesar da marginalização que ainda sentimos. Ouvir a nossa voz será, agora, um dever que terá de ser cumprido pela Nação e executado pelo Estado.

Pela nossa parte, no dia a dia, temos assumido em pleno a parte que nos compete; mas não ficaremos por aí.

A Direcção Central

O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional assinou um despacho, a 30 de Novembro de 1987, que foi o documento despoletador do arranque da construção da nova sede.

A Direcção Central foi recebida em audiência pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Defesa, Eugénio dos Santos, em Dezembro de 1987, na qual foi dada conta das deliberações do Conselho Nacional da ADFA, tendo recebido daquele governante o melhor acolhimento ao projecto de construção de uma nova sede.

Para as primeiras despesas a fazer na concretização deste projecto já em marcha, o Ministério da Defesa Nacional atribuiu à ADFA um subsídio adicional no montante de dez mil contos.

Durante o encontro foram focadas a possibilidade de os serviços militares de engenharia virem a apoiar a construção e a possível utilização pela ADFA de algumas infra-estruturas existentes no próprio Lar Militar.

O despacho acima citado estabelecia que a nova sede administrativa da ADFA, deveria em princípio ser edificada nos terrenos do Lar Militar, como é sabido não foi aí que a Nova Sede foi construída, mas sim num terreno que se situa do outro lado da Av. D. Amélia. A Direcção Central pediu mesmo uma audiência ao presidente da CVP, para troca de impressões sobre este assunto, onde foi manifestada grande disponibilidade por parte daquela entidade para colaborar com a ADFA.

Este despacho marcou no entanto toda a política que futuramente se haveria de seguir no Ministério da Defesa Nacional.

Dada a importância do despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Defesa para esta problemática passamos a transcrever alguns dos seus pontos.

«1 — Desde 1983 que se encontra definido o quadro jurídico relativo à titularidade das instalações do Palácio da Independência, no cumprimento dos objectivos que presidiram à sua aquisição ao Estado português.

Tratou-se afinal de confirmar formalmente uma situação que, não suscitando dúvidas, havia porém sido alterada em função de acontecimentos ocorridos no passado recente. Tais acontecimentos levaram a uma utilização das instalações do



Lançamento da primeira pedra

palácio em desconformidade com as intenções dos doadores.

2 — A implementação do quadro jurídico referido no número anterior, designadamente através do termo da utilização pela ADFA, de parte das instalações do Palácio,

tem vindo a confrontar-se sistematicamente com dificuldades de várias ordens. Entre estas avulta a necessidade de a Associação obter alternativa para a instalação da respectiva sede administrativa. E, se a responsabilidade por tal obtenção não pode ser expressamente cometida ou assumida pelo Ministério da Defesa Nacional, há que reconhecer que, efectivamente, a desocupação do Palácio por

quanto possível.»

Mais adiante, pode ler-se: «Finalmente afigura-se merecer o devido realce o clima construtivo de que sempre foi possível rodear todos os contactos havidos e que augura a continuação de um fácil entendimento na fase que se segue...», e mais adiante no ponto 5.4 pode ler-se, «Até à transferência para a futura sede a ADFA poderá continuar a utilizar as instalações de apoio ad-

te, por vezes mesmo aos fins de semana, conseguindo efectuar estas obras muito rapidamente.

Verba disponível

Em Junho de 1989 a Secretaria de Estado da Defesa Nacional disponibilizou mais 15 mil contos para que a ADFA começasse a obra.

Em reunião realizada em 2 de Agosto de 1989, foi garantido por Eugénio

parte da ADFA tem sido impedida pela ausência de alternativas.

3 — Nos últimos anos o Ministério da Defesa Nacional assumiu a condução dos trabalhos de levantamento e análise de hipóteses de solução, em conjunto com as enti-

ministrativo que actualmente ocupa no Palácio da Independência.

5.5 — Deve já transitar para a Sociedade Histórica da Independência de Portugal a responsabilidade pela administração das áreas comuns do Palácio — designadamente o Salão Nobre — sem prejuízo de à ADFA ser facultado o acesso às mesmas quando necessário.»

Apoio da engenharia

O Chefe do Estado-Maior do Exército, general Firmino Miguel, recebeu, no dia 26 de Junho de 1989, a DC e a equipa técnica responsável pela elaboração do projecto da nova sede. Nesta reunião foi solicitado apoio do Exército, no sentido de obter os serviços da engenharia militar para proceder às obras de escavações e terraplenagem.

Como fruto destas negociações, o Regimento de Engenharia da Pontinha, trabalhou incansavelmen-

dos Santos que, começada que estava a obra, a mesma não deveria sofrer atrasos ou interrupções até estar concluída. O prometido foi cumprido, pois a nova sede foi construída praticamente sem interrupções.

Primeira pedra

A primeira pedra foi lançada com toda a pompa e circunstância que o acto merecia por ocasião do 15.º Aniversário da ADFA, pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Defesa Nacional.

Um Protocolo de Cooperação foi assinado a 23 de Março de 1990 entre os ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e Segurança Social e a ADFA, no qual foi acordado que cada um daqueles gabinetes governamentais contribuisse com 130 mil contos para a construção da sede. Este Protocolo será objecto de análise mais detalhada na continuação deste Suplemento no próximo número do «ELO».